



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

29/05 à 04/06/2009

SUMÁRIO

Relatório final do CNJ vai reiterar situação “muito grave” em presídios do Espírito Santo.....	3
V Encontro Anual da ANDHEP - Inscrição de Trabalhos em GTs.....	3
Goiás abre conferência estadual de segurança pública.....	4
Revista na Cadeia de Morrinhos apreende celular.....	5
Mutirão carcerário já libertou quase 100 pessoas no Espírito Santo.....	5
Presos de Acreúna ensinam a mulheres carentes da sociedade tarefa rentável.....	6
Presídio de Jataí terá monitoramento eletrônico no reforço da segurança no local.....	6
Presos de Acreúna plantam hortas nas escolas municipais da cidade.....	7
Presos de Morrinhos terão estande de artesanato na feira agropecuária da cidade.....	8
Câmara analisa situação de presídios no país.....	8
Indígenas acusam PF-BA de tortura.....	9
Comissão da Câmara vai ao Espírito Santo verificar situação dos presídios.....	10
Cadeia de Leopoldina poderá ser mais uma tragédia anunciada em MG.....	11
Presos de Abadiânia terão atendimento médico preventivo todo mês.....	11
Presos de Acreúna produzem leite para abastecer a cadeia.....	12
Solução para problemas do sistema prisional, como precariedade e déficit de vagas, deve ser prioridade dos governos.....	12
Presos com distúrbios mentais costumam passar o resto da vida em manicômios.....	13
Cadeia de Leopoldina poderá ser mais uma tragédia anunciada em MG.....	16
Para os pobres, a presunção é de culpa? O Princípio de Direito Penal da Presunção da Inocência realmente vale só para os ricos?.....	16
Seminário discute política criminal no Rio de Janeiro.....	17
Brasil e Japão trocam experiências sobre policiamento comunitário.....	18
STF interpreta norma de auxílio-reclusão.....	19
Diretor do Depen diz que sistema prisional é "vergonha para o país".....	19
Depen apoia Polícia Federal na custódia de presos.....	21
Governos estaduais alegam que não têm dinheiro para cumprir a Lei de Execução Penal.....	21
Gilmar Mendes diz que Judiciário deve assumir responsabilidade por situação de presídios...	24
Presídios em más condições comprometem segurança pública, diz diretor do Depen.....	26
Depen estuda alternativas para baratear construção de presídios.....	27
Inscrições para Feira de Segurança Pública vão até dia 12 de junho.....	28
Secretário de Justiça do ES fala no CDDPH sobre denúncia de violações dos direitos humanos no sistema prisional.....	28
MJ entrega R\$ 3 milhões em equipamentos para presídios.....	29
Presídio de Bela Vista ganha reforço eletrônico na segurança da unidade.....	30
MPF/PB e Conselho Estadual de Direitos Humanos divulgam relatório de inspeção em presídio da capital.....	31



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

29/05 à 04/06/2009

Presos de Rio Verde constroem mais uma casa popular.....	32
Relatório propõe mudanças no regime penal juvenil do país	33
Diretor e agentes de penitenciária catarinense é condenado por tortura	34
Promotor firma parceria para monitorar, em tempo real, presídio de Bela Vista.....	35
Agente flagra mais uma mulher com droga em presídio	35
Apenas uma ilusão	36
População carcerária cresce em ritmo maior que o da criação de vagas, dizem especialistas. 36	
Agentes prisionais de Morrinhos flagram visitante com drogas dentro da cadeia.....	38
População carcerária cresce em ritmo maior que o da criação de vagas, dizem especialistas. 38	
Comissão de Direitos Humanos do Senado analisará situação de presídios no país	39
MP entra com ação para suspender rodízio de presos	40
Procurador da República diz que condição de presídio na Paraíba “não poderia ser pior”	41
Detentas grávidas e com filhos pequenos devem ter garantidos direitos a pré-natal e creches 42	
Presídio feminino organiza conferência livre no MS	42
O juiz Livingsthon Machado	43

Ajude a construir este clipping. Envie notícias da sua região para imprensa@carceraria.org.br



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

29/05 à 04/06/2009

04/06/2009

Agência Brasil

<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/06/04/materia.2009-06-04.7164378089/view>

Relatório final do CNJ vai reiterar situação “muito grave” em presídios do Espírito Santo

Marco Antonio Soalheiro *Repórter da Agência Brasil*

Brasília - O relatório final da inspeção realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nos presídios do Espírito Santo, no fim do mês passado, será divulgado na sessão da próxima terça-feira (9).

Os juízes da presidência do CNJ, Erivaldo Ribeiro e Paulo Tamburini, consideraram a situação prisional do estado “muito grave” e deverão detalhar no documento a falta de condições básicas de higiene e também de segurança adequada em algumas unidades do estado.

Os magistrados viram celas e contêineres superlotados de presos adultos, submetidos a condições degradantes, e adolescentes alojados em contêineres rachados e detidos além do tempo necessário. Na Casa de Custódia de Viana, eles não puderam entrar nos pavilhões onde os presos estão soltos e têm o controle do local.

Em virtude das denúncias de violações aos direitos humanos, o governo do Espírito Santo assinará, na próxima quarta-feira (10), um termo de compromisso para a melhoria do sistema penitenciário estadual. O governo se comprometerá com o CNJ a criar 5.587 novas vagas no sistema carcerário, além de promover concurso para agentes penitenciários e eliminar todas as celas metálicas em uso.

O mutirão carcerário que está sendo realizado pelo CNJ no estado já resultou na concessão de liberdade a 20 presos adultos e 77 adolescentes, que tinham direito ao benefício.

Depois de apresentado em plenário, o relatório final sobre os presídios capixabas será encaminhado à Corregedoria Nacional de Justiça.

Edição: Lílian Beraldo

04/06/2009

NEV-USP

http://www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com_content&task=view&id=1949&Itemid=1

V Encontro Anual da ANDHEP - Inscrição de Trabalhos em GTs





CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

29/05 à 04/06/2009

A ANDHEP abre inscrições para envio de propostas de trabalho para os GTs programados no V Encontro Anual da ANDHEP – Pesquisa e Pós- Graduação, que ocorrerá de 17 a 19 de setembro de 2009, no campus da Universidade Federal do Pará, cidade de Belém (PA).

A inscrição de trabalhos está aberta a todos os pesquisadores e demais interessados que desenvolvam pesquisas na área de Direitos Humanos. Os trabalhos selecionados serão apresentados oralmente ou em pôsteres, tendo também uma versão escrita. Cada autor(a) só poderá inscrever um trabalho, em apenas um Grupo de Trabalho. Todo o processo de inscrição será feito on-line, no site da ANDHEP (<http://www.andhep.org.br>). As propostas poderão ser enviadas até o dia 02 de junho.

04/06/2009

MJ

<http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJ7CBDB5BEITEMID87AE3C43FA50432BB310A7186D6C6729PTBRIE.htm>

Goiás abre conferência estadual de segurança pública

Brasília, 04/06/09 (MJ) – Mais de 500 pessoas participam, em Goiânia (GO), da etapa estadual da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg). A cerimônia de abertura será nesta sexta-feira (5), às 20 horas, no Centro de Convenções da cidade. Participam a coordenadora geral da 1ª Conseg, Regina Miki, e o governador Alcides Rodrigues.

O evento se estende até domingo (7), quando serão aprovadas propostas de enfrentamento à violência e à criminalidade no país. As sugestões serão encaminhadas para a etapa nacional da Conferência, marcada para 27 a 30 de agosto, em Brasília.

Convocada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em dezembro de 2008, a 1ª Conseg reúne, pela primeira vez, representantes dos trabalhadores da área, da sociedade civil e do poder público para discutir o tema e propor soluções. O objetivo central é criar “princípios e diretrizes” de uma política nacional de segurança pública.

Entre abril e maio, foram realizadas as conferências municipais em todas as regiões do país – Goiânia organizou a sua nos dias 23 e 24 de maio. De junho a julho, é a vez das etapas estaduais, já confirmadas nos 26 estados e no Distrito Federal. Além disso, existem formas alternativas de participação, como as conferências livres e a virtual, que promove discussões por meio do site www.conseg.gov.br.

Em Goiás, a conferência estadual discutirá temas como prevenção social do crime, repressão qualificada e valorização dos profissionais da segurança pública. Também serão escolhidos 53 representantes do estado que terão direito a voto na etapa nacional da 1ª Conseg.



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

29/05 à 04/06/2009

04/06/2009

Susepe

http://www.agenciaprisional.gov.br/noticias/noticia_pub.php?publicacao=54025

Revista na Cadeia de Morrinhos apreende celular

Os agentes prisionais da Cadeia Pública de Morrinhos encontraram, na tarde desta quinta-feira (04/06), às 15h, um celular e um chip em poder de um dos detentos da unidade. A apreensão aconteceu durante uma revista de rotina, que ainda está sendo realizada no presídio.

De acordo com o diretor da unidade, Juliano Galdino Ferreira, pela infração, o preso poderá sofrer sanções como suspensão temporária das visitas e até 30 dias de isolamento.

O celular e o chip serão encaminhados à delegacia para registro da ocorrência. Um processo administrativo será aberto para averiguar a ocorrência do delito.

04/05/2009

Ultima Instancia

Mutirão carcerário já libertou quase 100 pessoas no Espírito Santo

Após cinco dias de mutirão carcerário no Espírito Santo já foram libertados 20 presos adultos e 77 adolescentes supostamente em conflito com a lei. O balanço foi divulgado nesta quarta-feira (3/6) pela equipe responsável pelos trabalhos iniciados no último dia 28, sob a coordenação do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), os juízes Rony Ferreira e Nicolau Lupianhef. Até agora, foram examinados 1.002 processos.

O mutirão ocorre após a inspeção no sistema carcerário capixaba, também realizada pelo CNJ no mês maio. Os juizes auxiliares do Conselho encontraram situações preocupantes, como hiperlotação de celas e manutenção de presos em contêineres.

Dos processos analisados, 454 são referentes a presos adultos e 548 são processos provenientes das varas da Infância e da Juventude. É a primeira vez que um mutirão também analisa casos de menores infratores.

Nos casos referentes às varas da Infância, foram examinados 313 processos de reexame de medidas socioeducativas a serem aplicadas. A avaliação destes casos resultou na expedição de 56 alvarás de soltura. Já em relação aos processos voltados para os jovens e adolescentes que já cumpriram uma medida socioeducativa, foram examinados 235 processos, que resultaram em 21 solturas.

Dos 454 processos de condenados adultos, 21 terminaram em benefícios concedidos, dos quais 20 receberam a liberdade. Outros 261 processos foram analisados e não tiveram concessão de benefícios, enquanto 172 ainda aguardam decisões com a Defensoria Pública, o Ministério Público ou magistrados.

O mutirão será desenvolvido nos próximos dois meses, com análise de processos de presos instalados em presídios de Vitória (capital capixaba) e da Grande Vitória (municípios de Vila Velha, Cariacica e Serra). Os mutirões carcerários, promovidos pelo Conselho, têm o objetivo de analisar a execução das penas dos presos nos estados com o intuito de corrigir eventuais irregularidades, garantir a dignidade dos presos e o cumprimento da Lei de Execuções Penais.



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

29/05 à 04/06/2009

04/06/2009

Susepe

http://www.agenciaprisional.go.gov.br/noticias/noticia_pub.php?publicacao=54005

Presos de Acreúna ensinam a mulheres carentes da sociedade tarefa rentável

Os presos do Centro de Inserção Social (CIS) de Acreúna ensinam mulheres da cidade, em situação de carência financeira, a confeccionarem bolas esportivas para complemento na renda mensal familiar delas. A iniciativa da direção do CIS significa a extensão para a sociedade do Projeto Pintando a Liberdade, desenvolvido dentro do presídio há seis meses para a população carcerária.

O Projeto é do governo federal que disponibiliza os kits para a costura das bolas e paga R\$ 2,00 por bola concluída. No CIS, tem preso que consegue costurar até três bolas por dia, totalizando uma média de ganho de R\$ 90. No total, 25 presos do presídio trabalham no Pintando a Liberdade. De acordo com o diretor da unidade prisional, Vildebal Alves dos Reis Júnior, a extensão do projeto reflete na necessária interação da sociedade com a execução penal para a reinserção do preso. "Tem a ver com dignidade, autoestima, reconstrução de sentimentos, e a possibilidade da reinserção social", diz ele.

As cinco mulheres que estão sendo treinadas para a atividade serão multiplicadoras para a sociedade em geral. Todos os dias elas têm aulas ministradas por um dos presos do CIS, Balduino Alves Feitosa, em um galpão cedido pela prefeitura. Todo o trabalho é vigiado por escolta do presídio. As alunas receberam uniformes do Pintando a Liberdade.

04/06/2009

Susepe

http://www.agenciaprisional.go.gov.br/noticias/noticia_pub.php?publicacao=54006

Presídio de Jataí terá monitoramento eletrônico no reforço da segurança no local

A direção da unidade prisional de Jataí colocará em funcionamento neste mês de junho o sistema de monitoramento eletrônico do presídio para reforço nos procedimentos de segurança e vigilância do local. Os equipamentos, como cerca elétrica e circuito interno de câmeras, já foram adquiridos. As imagens das câmeras poderão ser acessadas, via Internet, em tempo real pela direção do presídio.

“Esta iniciativa se firmou em reunião com representantes do Judiciário, Ministério Público, Município, Susepe, OAB dentre outros órgãos de Jataí, no esforço de trazer melhores condições de trabalho aos servidores, além de proporcionar mais rapidez nas apurações de infrações cometidas entre os presos, como agressões, princípios de motins, dentre outras



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

29/05 à 04/06/2009

infrações que poderão ser evitadas com o monitoramento eletrônico” diz José Carlos Soares Guimarães, diretor da unidade prisional de Jataí.

Os equipamentos de segurança foram adquiridos com o esforço conjunto das autoridades locais. Segundo a direção da unidade, o município de Jataí tem se mostrado parceiro significativo na tarefa de manter a segurança da unidade prisional, com investimentos de grande relevância, pois foram investidos equipamentos sofisticados no circuito eletrônico do CIS de Jataí.

04/06/2009

Susepe

http://www.agenciaprisional.go.gov.br/noticias/noticia_pub.php?publicacao=54007

Presos de Acreúna plantam hortas nas escolas municipais da cidade

O Projeto Plantar e Servir da Superintendência do Sistema de Execução Penal (Susepe), passou a atender para além da população carcerária e chegou às escolas municipais da cidade de Acreúna. São cinco escolas que tiveram a instalação de hortas para a alimentação das crianças e dos servidores. O preparo da terra, plantio e manutenção dos cuidados são da responsabilidade de seis presos do regime fechado do Centro de Inserção Social (CIS) de Acreúna.

Os presos já trabalham no projeto dentro do presídio com as duas hortas mantidas na unidade. Pelo trabalho, quatro deles recebem do Estado a remuneração de um salário mínimo, e todos têm direito à remição, ou seja, um dia a menos no cumprimento da pena para cada três dias trabalhados.

O trabalho nas escolas municipais é desenvolvido sob escolta e nos sábados, dia em que não há expediente normal nesses locais. Foram plantados nabo, cebolinha, abóbora, cenoura e alface. Em algumas escolas, estão matriculados mais de 300 alunos.

A parceria entre o CIS e a prefeitura começou antes da extensão do projeto às escolas, pois parte dos alimentos das hortas do presídio é doada para as escolas, abrigo e hospital da cidade. “O resultado da organização e da produção chamou a atenção da prefeitura local e surgiu assim a idéia de cultivar a horta dentro das escolas”, diz Vildebal Alves dos Reis Júnior, diretor do CIS de Acreúna.

Nesta quinta-feira, 04/06, é dia da distribuição dos alimentos colhidos nas hortas dos presídios para as entidades beneficiadas. Cada unidade recebe 30 quilos de folhagens, o que totaliza, em média, 210 quilos. A distribuição é realizada duas vezes por mês.

Plantar e Servir

O Projeto Plantar e Servir tem como objetivo principal a redução do custo do Estado com a alimentação da população carcerária a partir do plantio e colheita de alimentos para a própria subsistência, incluindo criação de gado leiteiro e suínos.

Todo o trabalho tem emprego de mão-de-obra dos presos, que recebem um salário mínimo/mês e têm direito a remir um dia no cumprimento da pena para cada três trabalhados.



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

29/05 à 04/06/2009

04/06/2009

Susepe

http://www.agenciaprisional.gov.br/noticias/noticia_pub.php?publicacao=54009

Presos de Morrinhos terão estande de artesanato na feira agropecuária da cidade

Os presos da unidade prisional de Morrinhos farão exposição de artesanato durante a festa agropecuária da cidade, que começa nesta sexta-feira, 05/06, e terminará no dia 14/06. O estande começou a ser montado nesta quinta-feira, 04/06. Serão expostos sandálias, colchas de crochê, bandejas, origames, bandejas de palitos e outros. Todos os produtos, que custam em média R\$ 15,00 a R\$ 40, 00 foram confeccionados pelos presos.

O artesanato estará à venda, mas segundo o diretor da unidade prisional, Juliano Galdino Ferreira, o objetivo principal é chamar a atenção da sociedade para a ocupação da mão-de-obra da população carcerária. "A exposição tem um cunho social que vai além da atividade comercial. Ou seja, é a mostra de que dentro do presídio é possível desenvolver uma atividade interessante e rentável de ocupação do preso, o que refletirá na sua condição de reinserção social", diz ele.

O estande de artesanato do presídio estará sob a responsabilidade de um ex- detento da unidade prisional de Morrinhos, que já cumpriu toda a pena. Ele fará as vendas e repassará o resultado financeiro para o diretor da unidade que, por sua vez, entregará o dinheiro na totalidade para os donos do artesanato.

A participação dos presos na exposição agropecuária da cidade é apoiada pelo Projeto Empreender da Associação Comercial de Morrinhos, que cedeu parte do estande da associação para o presídio montar seu estande.

03/06/2009

Agência Brasil

<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/06/03/materia.2009-06-03.9488004270/view>

Câmara analisa situação de presídios no país

Da Agência Brasil

I Brasília - A Comissão de Direitos Humanos da Câmara realiza hoje (3) seminário sobre o sistema carcerário brasileiro. O objetivo é analisar o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Carcerário e a possibilidade de envio de uma caravana para verificar a situação dos presídios nas diferentes regiões do país. Será das 14h às 18h no Plenário 9.

Os participantes também vão avaliar a utilização de contêineres como unidades prisionais.

Participam do encontro o padre da Pastoral Carcerária de São Paulo Saverio Paolillo, o juiz do Conselho Nacional de Justiça Erivaldo Ribeiro dos Santos, o presidente da Associação



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

29/05 à 04/06/2009

Nacional dos Defensores Públicos, André Luís Machado de Castro, a advogada da Justiça Global, Tamara Melo, e parlamentares.

Edição: Graça Adjuto

03/06/2009

Direitos Humanos

http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=5191&Itemid=1

Indígenas acusam PF-BA de tortura

Cinco Tupinambá levaram choques para confessar assassinato.

Segundo denúncia do cacique Rosivaldo (Babau) do povo Tupinambá, da comunidade Serra do Padeiro ontem, 2 de junho, quatro homens e uma mulher do povo foram torturados pela Polícia Federal (PF) em Ilhéus, sul da Bahia. A Tupinambá Ailza Silva Barbosa teve seus cabelos cortados e os índios levaram choques nos órgãos genitais para confessar o assassinato de um homem, cujo corpo foi encontrado pelos indígenas numa represa da Fazenda Santa Rosa, em Buerararema.

Os indígenas encontraram o corpo em alto estado de decomposição no dia 26 de maio, quando retomaram uma fazenda, que integra o território tradicional do povo, segundo o relatório de identificação publicado no dia 20 de abril. Após encontrar o corpo, os Tupinambá informaram a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a PF. Na noite após a denúncia, a PF entrou na área e levou 15 indígenas detidos. Após depoimento, todos foram liberados, exceto Jurandir, irmão do cacique Babau. Ele foi acusado de peculato, por estar usando um carro de uma empresa que prestava serviços para a Fundação Nacional de Saúde (Funasa). No dia seguinte, o proprietário do carro foi a delegacia afirmar que há mais de 10 dias não prestava mais serviços para a Funasa. Apesar disso, Jurandir continua detido, como forma de pressão contra o cacique Babau. Há informações de que ele será solto hoje.

Ontem, os indígenas esperavam uma equipe da TV Santa Cruz para uma reportagem, quando foram surpreendidos pela PF. A Polícia levou cinco Tupinambá, que foram liberados ontem à noite, após serem torturados. Os indígenas entraram em contato com a Funai de Ilhéus e de Brasília, mas não conseguiram ninguém para acompanhá-los. Amanhã, eles irão ao Ministério Público Federal fazer denúncia e exame de corpo de delito.

Os indígenas torturados são: Alzenir Oliveira da Silva, Calmerindo Batista da Silva, Mário Oliveira Barbosa, Ailza Silva Barbosa, José Otávio de Freitas

Contexto

A divulgação de um relatório de Identificação de território indígena, feito pela Fundação Nacional do Índio (Funai) intensificou as ações discriminatórias na região de Ilhéus, no sul da Bahia. O povo Tupinambá vem sofrendo, inclusive, ameaças de vereadores um intenso processo discriminatório por parte da imprensa da região. O empresário e pecuarista Presidente do Grupo da Ação Comunitaria Marcelo Mendonça, em sessão especial na Câmara de Vereadores de Ilhéus chegou a falar que, se fosse preciso, eles se armariam. O relatório de identificação da área como terra tradicional dos Tupinambá foi divulgado no dia 20 de abril no Diário Oficial da União (DOU) e identifica as terras Tupinambá dentro dos municípios de Buerarema, Una e Ilhéus no total de 47.376 ha.



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

29/05 à 04/06/2009

Vale salientar que em outubro de 2008, a comunidade da Serra do Padeiro foi violentamente atacada pela Polícia Federal de Ilhéus, que causou uma série de indignação na sociedade nacional, inclusive motivou uma campanha da Anistia Internacional.

03/06/2009

Agência Brasil

<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/06/03/materia.2009-06-03.8677776322/view>

Comissão da Câmara vai ao Espírito Santo verificar situação dos presídios

Luciana Lima
Repórter da Agência Brasil

Brasília - Os deputados da Comissão de Direitos Humanos da Câmara vão, no próximo dia 15, ao Espírito Santo, verificar as condições dos presídios no estado. A decisão foi comunicada hoje (3) durante um seminário realizado pela comissão, que discutiu a situação do sistema penitenciário brasileiro. Devem participar da visita o presidente da Comissão, deputado Luiz Couto (PT-PB), o deputado Domingos Dutra (PT-MA), que foi relator da CPI do Sistema Carcerário, a deputada Iriny Lopes (PT-ES) e o deputado Pompeu de Matos (PDT-RS).

No seminário, foram exibidas fotos de presos espartilhados em presídios capixabas que chocaram os presentes. As imagens foram apresentadas pelo coordenador da Pastoral Carcerária no estado, padre Xavier, que relatou aos parlamentares a situação desumana verificada nas prisões do Espírito Santo.

De acordo com o juiz Erivaldo Ribeiro dos Santos, que também visitou os presídios capixabas e produziu um diagnóstico para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a situação dos presídios de contêineres, no bairro Novo Horizonte, em Serra, é de calamidade. Segundo o juiz, a quantidade de ratos no local é alarmante.

“O governo do Espírito Santo apresentou metas, e eu quero deixar bem claro que não foram metas pactuadas com o CNJ. São metas colocadas de forma unilateral, que serão cobradas. Vamos pedir a redução desses prazos”, disse.

Segundo o juiz, a redução dos prazos é necessária por causa da grave situação de higiene dos presídios capixabas. “Existem medidas que precisam ser tomadas imediatamente, Medidas de higiene mesmo como fazer a coleta do lixo, fazer a desratização. Ninguém tem idéia da quantidade de ratos que existem no presídio de contêineres no Espírito Santo. É preciso ampliar o espaço destinado ao banho de sol. No local do presídio existe um espaço que é ocupado por um amontoado de sucata de automóveis”, afirmou.

As metas apresentadas pelo governo prometem resolver a situação, até 2010, na Casa de Custódia de Viana e, em 40 dias, no presídio de contêineres em Serra, na região metropolitana de Vitória.

O juiz ainda condenou a falta de acesso de defensores de direitos humanos, da imprensa e de algumas autoridades às unidades carcerárias no estado. “Percebemos que em nenhuma das unidades que visitamos, os diretores tinham relatado visitas da Defensoria Pública. Além disso, é um absurdo não deixar que a Pastoral e defensores de direitos humanos tenham acesso aos presos”, disse.

Edição: Aécio Amado



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

29/05 à 04/06/2009

4 de junho de 2009

Blog do Recomeço - <http://jornalrecomeco.blogspot.com/>

Ao governador Aécio Neves e ao secretário de Defesa Social, Maurício Campos

Cadeia de Leopoldina poderá ser mais uma tragédia anunciada em MG

Relembremos o massacre de Ponte Nova em agosto de 2007, no qual 25 presos morreram queimados dentro de uma cela. Assistam ao vídeo da entrevista do promotor na época do massacre de Ponte Nova. Não caberão mais falas "escapistas", as autoridades precisam assumir suas responsabilidades.

03/06/2009

Susepe

http://www.agenciaprisional.go.gov.br/noticias/noticia_pub.php?publicacao=53981

Presos de Abadiânia terão atendimento médico preventivo todo mês



Os presos da unidade prisional de Abadiânia de Goiás terão, a partir deste mês, atendimentos médico-ambulatorial (foto), psicológico e odontológico gratuitos oferecidos pela prefeitura da cidade.

A parceria foi inaugurada nesta semana quando os detentos passaram pelas primeiras consultas e coleta de material para exames. Os resultados laboratoriais ficarão prontos em sete dias. Aqueles que dependerem de tratamento terão a garantia do serviço no posto de saúde do município. Até então, os detentos só recebiam atendimento médico em situações de emergência. A partir da parceria, a população carcerária terá um acompanhamento preventivo.

03/06/2009



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

29/05 à 04/06/2009

Susepe

http://www.agenciaprisional.go.gov.br/noticias/noticia_pub.php?publicacao=53988

Presos de Acreúna produzem leite para abastecer a cadeia

A partir desta quarta-feira (03/06), o leite consumido pelos presos do Centro de Inserção Social de Acreúna será produzido pela própria unidade prisional. Para isso, a Superintendência do Sistema de Execução Penal (Susepe) adquiriu 2 vacas leiteiras, com 2 bezerras e 1 garrote.

De acordo com o diretor da unidade, Vildebal Alves dos Reis Júnior, a criação de bovinos na unidade, ajudará a diminuir custos na manutenção da alimentação da unidade prisional e é mais uma oportunidade de trabalho para os presos. "Já estamos servindo o leite no café-da-manhã. Vamos trabalhar para um dia termos nossa própria produção de carne para o almoço", completa o diretor.

A produção será realizada ao lado da área doada pela prefeitura para a implantação de uma horta comunitária. Ambos os trabalhos serão mantidos com mão-de-obra dos detentos do regime fechado.

03/06/2009

Folha SP

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0306200901.htm>

Submundo carcerário

Solução para problemas do sistema prisional, como precariedade e déficit de vagas, deve ser prioridade dos governos

O SISTEMA prisional é uma "vergonha para o país". A frase, do diretor-geral do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), Airtón Michels, apenas rubrica o que é de conhecimento generalizado. O déficit de vagas ultrapassa os 160 mil -ao todo, segundo o Depen, são cerca de 440 mil presos no país.

Amontoados em instalações precárias, para dizer o menos, muitos detentos se veem submetidos ainda a injustiças pelo próprio poder público. Estima-se em 9.000 o número de pessoas que já cumpriram suas penas e continuam encarceradas. O Ministério da Justiça avalia que 30% da população carcerária esteja cumprindo prisão preventiva -e não são raros os casos de reclusão superior aos 81 dias de tempo máximo da modalidade. Números do Estado de São Paulo indicam aumento do déficit de vagas. Os presídios do Estado já abrigam 56% mais presos do que permite sua capacidade. O período coincide com o da elevação da ocorrência de homicídios dolosos em SP, após sete anos em queda. Em todo o país, dados negativos vêm à tona. No Rio Grande do Sul, um juiz se negou a mandar criminosos para o cárcere, alegando superlotação. No Espírito Santo, denúncias de precariedade e prática de maus-tratos motivaram a interdição de uma unidade. No fim de 2007, descobriu-se no Pará uma adolescente de 15 anos presa com 20 homens em uma cela. Nada disso se coaduna com o tratamento a ser dispensado pelo Estado na sua obrigação de manter reclusos os bandidos que oferecem risco à sociedade. Problemas políticos e administrativos concorrem para que a maioria desses locais se transforme em ambientes de animalização.

Há iniciativas positivas, como os mutirões do Conselho Nacional de Justiça, para tirar das prisões aqueles que já poderiam tê-las deixado. É necessário ainda insistir na ampliação dos serviços de advocacia gratuita, como as Defensorias Públicas, e perseguir modos mais eficientes de gerir unidades prisionais.

A experiência paulista do início da década de 1990 mostrou bons resultados na entrega a entidades civis da gestão de certo perfil de presídios. Outro exemplo a ser seguido, dado por sucessivos governos estaduais de São Paulo, é que construção e reforma de penitenciárias têm de se tornar rotina administrativa. Se a segurança pública melhorar como se espera, a demanda por celas -num país em que a polícia elucida, quando muito, 25% dos homicídios- não vai parar de crescer.

3 de Junho de 2009

Presos com distúrbios mentais costumam passar o resto da vida em manicômios

Código Penal define o tempo máximo de detenção no Brasil em 30 anos, o que não vale para internados em manicômios judiciários, que sabem quando entram, mas não quando vão sair

Iano Andrade/CB/D. A Press



Nenhum cidadão brasileiro pode, por pior ato que tenha praticado, ficar mais de 30 anos preso. Está garantido no Código Penal, artigo 75. Mas a regra não vale para todos. Geraldo* passou as últimas três décadas da vida atrás das grades por ter furtado uma pasta de documentos com 100 cruzeiros, o que corresponderia hoje a menos de R\$ 15. Pela insignificância do crime, o homem, de 58 anos, que permanece detido em Porto Alegre (RS), nem deveria ter sido trancafiado. Uma característica, porém, diferencia Geraldo da maioria dos demais brasileiros. Ele sofre de esquizofrenia paranoide e algum retardo mental. Embora o ordenamento jurídico recomende tratamento para pessoas com distúrbios psiquiátricos, e não cadeia, a vida real tem se encarregado de condená-las à prisão perpétua.

Existem hoje no Brasil cerca de 5 mil pessoas em manicômios judiciários, também chamados de hospitais de custódia, distribuídos em 17 unidades da Federação. A média de internação nesses locais, onde reina a lógica prisional no lugar da médica, ultrapassa uma década. É fácil encontrar gente com 20, 30 e até 40 anos nas instituições. Na gíria dos próprios pacientes, viraram “patrimônio”, sumiram socialmente. “Como em boa parte dos crimes, a ocorrência se



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

29/05 à 04/06/2009

dá no contexto familiar, o processo de retorno à casa é muito complicado. Às vezes, você já tem o laudo médico recomendando a desinternação do paciente, mas não há para onde mandá-lo”, explica Ana Cristina de Alencar, do Departamento Penitenciário Nacional (Depen).

É o que ocorre com Alberto*, há 32 anos no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho, no Rio de Janeiro. Internado desde 1977, por homicídio, o homem que entrou aos 31 anos na cadeia e hoje tem 63 já sonhou em ganhar as ruas, gozar a liberdade, com o aval dos médicos da instituição. “Do ponto de vista psicológico, apresenta condições de ser desinternado...”, repetem dezenas de laudos anexados ao prontuário dele desde a década de 1990. Mas o exame de saúde positivo, que assegura a estabilidade de sua esquizofrenia, não é suficiente para libertar Alberto. Na hora de autorizar o livramento, os juízes também avaliam o vínculo familiar. Na falta dele, costumam negar a “alta”.

Hoje, o homem que passou mais da metade da vida preso anda amuado em sua cama. “Estou dormindo”, diz Alberto, para abreviar o papo, na cela dividida com três internos. Já Geraldo, trancafiado em Porto Alegre há 30 anos por causa de aproximadamente R\$ 15, planeja coisas comuns para o dia em que puder ser livre. “Quero trabalhar e dançar. Em casa, porque nos bailes a gente gasta dinheiro”, adverte. Ele conta que era bom no forró, até o episódio do furto. “Foi uma confusão de uma pasta no centro”, comenta Geraldo, que tinha histórico de 12 internações em hospitais psiquiátricos antes de ser levado ao manicômio judiciário.

Cadeados O ambiente nessas instituições se diferencia do funcionamento de qualquer penitenciária por um único detalhe. Durante o dia, a maioria dos internos pode caminhar em áreas coletivas. Esquemas de segurança são menos rigorosos, até porque dificilmente há tentativas de fuga. Ao fim da tarde, entretanto, agentes carcereiros, e não funcionários da saúde, passam os cadeados nas celas, que deveriam ser enfermarias. A precariedade das instalações assusta olhos pouco habituados ao caos dos presídios. Roupas penduradas nas celas e muitas garrafas plásticas de refrigerante repetem-se a cada cubículo. “Eles pegam água no bebedouro, lá embaixo (no pátio), para passar a noite”, explica o inspetor Paulo Roberto Figueiredo, do Heitor Carrilho, no Rio, onde estão em torno de 160 pacientes hoje.

Em Porto Alegre, no Instituto Psiquiátrico Forense Dr. Maurício Cardoso (IPF), a situação não é muito diferente. O pavilhão que abriga dependentes químicos tem espumas sem capa que servem de colchão. É difícil não ter náuseas ao entrar nos banheiros com latrinas encardidas. O barulho, habitual em unidades psiquiátricas convencionais, é bem menos intenso nos manicômios judiciários. Muita gente simplesmente dorme. No Rio de Janeiro, ao fim de cada corredor com celas, uma chapa de aço faz as vezes de espelho. Andreia, 34 anos, há três internada por ter agredido o próprio filho, se penteia diante das próprias formas distorcidas. “Gosto de me cuidar”, admite.

Para tratar os distúrbios mentais dos pacientes, equipes formadas geralmente por psiquiatras, psicólogos e profissionais da enfermagem são contratadas. A falta de funcionários, entretanto, é corriqueira. “Temos constatado carência em todos os sentidos. Há resistência dos profissionais em atuar com essa população teoricamente violenta”, diz Elias Abdalla, do Departamento de Psiquiatria Legal da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), que faz um levantamento sobre os manicômios judiciários brasileiros. Na parte de terapia, os espaços destinados a oficinas de pintura, teatro, entre outras atividades, quando existem, funcionam de forma precária.

Duplo estigma “A administração dos hospitais de custódia continua ligada à gestão prisional e não à saúde. Por que essa diferença entre o paciente que praticou crime e o que não praticou? A Lei 10.216 (que rege o atendimento em saúde mental no país) não faz essa distinção”, critica Carmen Sílvia Barros, defensora pública em São Paulo. Diretor do IPF, o psiquiatra Rogério Cardoso concorda com o raciocínio, mas tem dúvidas sobre a perspectiva de melhora. “Teoricamente, seria melhor se o sistema estivesse com a saúde, mas do jeito que anda a prestação de serviços na área nem dá para saber”, alfineta o médico.

Tanto faz na saúde ou na segurança pública. Para José de Jesus Filho, assessor jurídico da Pastoral Carcerária, o interno de manicômio judiciário será duplamente estigmatizado sempre.



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

29/05 à 04/06/2009

“Ele carrega as duas marcas, de louco e de criminoso. Enquanto o que é somente criminoso pode ter progressões de regime, remissão da pena, o louco, não”, lamenta.

** Os nomes são fictícios para preservar a identidade dos entrevistados*

PERFIL

Pesquisa realizada em Porto Alegre (RS) mostra o perfil da população de manicômios judiciários. Os resultados representam a realidade das demais instituições do país 60% têm esquizofrenia 33% cometeram ao menos um homicídio, ato mais comum 89% são homens 40% tinham de 20 a 29 anos no dia do delito

Fonte: Levantamento com 618 internos no Instituto Psiquiátrico Forense (IPF)

Castigo

De uma cela isolada, vedada por um portão espesso de ferro, com uma pequena abertura na parte inferior, quase rente ao chão, surgem dois rostos. Uma mulher negra e outra de pele alva pedem socorro. Os gritos são agudos, assustam as outras internas que estão na fila para o almoço. Verônica*, de 24 anos, conta que está há quase um mês no cubículo, que fica em uma área distinta das demais celas do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho, no Rio de Janeiro.

“Aqui tem rato, barata. A gente não toma banho, estamos no inferno”, berra Verônica*. Disputando a pequena abertura na porta de aço, a outra mulher implora por ajuda. “Estou há três anos neste lugar (referindo-se ao manicômio judiciário), me tira daqui”, suplica. O inspetor da unidade, Paulo Roberto Figueiredo, explica que é necessário colocar internos separados dos demais quando há brigas. “Se deixamos as duas lá na ala feminina, mesmo que em local isolado, tem gritaria e confusão do mesmo jeito”, diz.

03.06.2009

www.opopular.com.br



O promotor de Justiça Haroldo Caetano da Silva fará, na sexta-feira, palestra sobre prisão durante o Encontro de Magistrados de



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

29/05 à 04/06/2009

Execução Criminal realizado
pelo TJ-RS

Mutirão - Seguindo orientação do CNJ, TJ-GO e a Corregedoria-Geral da Justiça realizarão de 15 a 26 deste mês, o primeiro mutirão carcerário do Estado de Goiás.

Mutirão 2 - Serão contempladas inicialmente as comarcas do Entorno Sul de Brasília: Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás, Cidade Ocidental, Águas Lindas de Goiás, Luziânia e Novo Gama. Já entre os dias 17 de agosto e 16 de outubro, o mutirão será realizado nas demais comarcas.

Reunião - O procurador-geral do Estado, Anderson Máximo de Holanda, estará no Supremo Tribunal Federal hoje, às 14h30, para reunião extraordinária do Colégio Nacional de Procuradores Gerais com o Conselho Nacional de Justiça, objetivando encontrar soluções conjuntas que tragam maior celeridade aos processos judiciais.

03/06/2009

Recomeço

<http://www.jornalrecomeco.blogspot.com/>

Cadeia de Leopoldina poderá ser mais uma tragédia anunciada em MG

Relembremos o massacre de Ponte Nova em agosto de 2007, no qual 25 presos morreram queimados dentro de uma cela

Vejam o vídeo na época do promotor Antônio de Pádora Marchi- Corregedor Geral do Ministério Público de Minas Gerais, em entrevista na Câmara Municipal de Ponte Nova e a costumeira omissão das autoridades responsáveis pelo sistema carcerário diante de tantas vidas perdidas.

Aqui mesmo, no Recomeço, tenho alertado reiteradamente sobre a situação de risco da cadeia de Leopoldina, com superlotação, condições desumanas, muitos presos com benefícios e penas vencidas e presos sem julgamento (excesso de prazo). É a banalidade do mal em pleno século XXI.

03//06/2009

Recomeço

<http://www.jornalrecomeco.blogspot.com/>

Para os pobres, a presunção é de culpa? O Princípio de Direito Penal da Presunção da Inocência realmente vale só para os ricos?



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

29/05 à 04/06/2009

O Juiz de Direito Jesser Coelho de Alcântara, acertadamente, condenou a oito anos de prisão em regime semi-aberto o médico Guilherme Karan por homicídio.

O médico, irregularmente, fez cirurgia de lipoaspiração em uma mulher. Em decorrência da inaptidão do médico para tal intervenção, a paciente faleceu.

O doutor Karan foi condenado, porém, não foi preso. O supracitado juiz, em entrevista ao Jornal Nacional - Rede Globo de Televisão – disse que o sentenciado teria o direito de aguardar todos os recursos em liberdade pois sua sentença não é definitiva, pode ser alterada.

O Magistrado referiu-se a CF/88 que assegura tal direito aos condenados, citou o Princípio da Presunção da Inocência, ou seja, seguiu a lei e a harmonia do ordenamento jurídico nacional.

Mas, afinal de contas, era o Doutor Guilherme Karan, Doutor, um assassino? Não. Um Doutor assassino!

Enquanto isso, nós, pobres mortais, (ou será mortais pobres?) da cadeia pública de Leopoldina, por sermos pobres, continuamos a ser submetidos ao princípio da presunção de culpa. Quando será que o Brasil vai mudar? Quando será que o Direito será igual para todos? Precisamos de Homens de verdade para fazer a Verdadeira Justiça nesse país.

02/06/2009

MJ

<http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJ7CBDB5BEITEMID47911AD11B3A47768E248657060B8765PTBRIE.htm>

Seminário discute política criminal no Rio de Janeiro

Brasília, 02/06/09 (MJ) – A construção de uma nova política brasileira na área da justiça criminal e da segurança pública será discutida no seminário “Impasses da Política Criminal Contemporânea”, nesta quarta-feira (3), no Rio de Janeiro (RJ). O secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Pedro Abramovay, participará do evento, que vai reunir autoridades e especialistas no assunto.

O seminário vai abordar temas como a crise do sistema carcerário no país e a articulação de uma política criminal com ações sociais preventivas. Ao final, serão apresentadas propostas para serem encaminhadas à 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg), que ocorre no mês de agosto, em Brasília. A 1ª Conseg definirá “princípios e diretrizes” de uma política nacional para a área.

O evento é organizado pela Secretaria de Assuntos Legislativos, do Ministério da Justiça, pelo Instituto Carioca de Criminologia e pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

02/06/2009

MJ



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

29/05 à 04/06/2009

<http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJ7CBDB5BEITEMID65A6AACD545B4F928F3CAF0F60FDD8A4PTBRIE.htm>

Brasil e Japão trocam experiências sobre policiamento comunitário

Brasília, 02/06/09 (MJ) – Nesta terça-feira (2), policiais militares do Distrito Federal trocaram experiências sobre policiamento comunitário com representantes da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) e da PM do estado de São Paulo. O encontro foi promovido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do Ministério da Justiça. Durante o evento, foram discutidos os procedimentos operacionais de prevenção contra o crime a partir do modelo japonês de polícia comunitária.

A constante interação entre a polícia e a comunidade é uma das prioridades do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) para prevenir e conter a violência nas grandes cidades brasileiras. Em 2008, o Pronasci já capacitou mais de 15 mil policiais em técnicas de policiamento comunitário em todos os estados. Desde 1998, a PM de São Paulo desenvolve ações de polícia comunitária, também em parceria com a JICA. Esse modelo, pelo qual o policial trabalha em conjunto com a população, consegue prevenir delitos e reduzir os crimes em até 30%.

A primeira palestra do evento foi ministrada pelo cônsul japonês e encarregado de segurança, Yasuaki Ishii. Ele explicou como o sistema funciona em seu país, mostrando fotos da estrutura física das bases de policiamento (chamados de koban) e detalhando a rotina de trabalho dos policiais e o relacionamento com a comunidade.

Em seguida, a PM paulista conduziu o encontro, com a fala do diretor de Polícia Comunitária e de Direitos Humanos, coronel Luiz de Castro Júnior. Ele lembrou que o estado já trabalha com esse tipo de policiamento desde 1998 e conta com a ajuda japonesa desde 2004.

O coronel destacou que esse trabalho não é uma novidade, mas apenas um aprimoramento do serviço oferecido ao cidadão. “A polícia deve ser preparada para atender a comunidade e não o contrário. Porém, as pessoas devem ser informadas sobre as mudanças”, concluiu.

Capacitação

O coordenador-geral de projetos sociais e prevenção de violência da Senasp, tenente-coronel Erisson Lemos Pita, ratificou a importância do trabalho de formação dos agentes de segurança e da padronização das ações. “Trabalhamos com um projeto piloto que envolve 12 estados e o Distrito Federal. Desde então, estamos investindo na capacitação dos profissionais”. O treinamento é realizado em todo o país por meio do Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária, em parceria com os estados.

Também estiveram presentes no evento o representante da Agência de Cooperação Internacional do Japão, Katsumiko Haga, o sub-comandante geral e chefe do Estado Maior da Polícia Militar do Distrito Federal, coronel José Carlos Pina Figueiredo, e o comandante-geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo, coronel Álvaro Batista Camilo.

Aliança fortalecida

Ainda nesta terça-feira (2), a Senasp, a JICA e a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) realizaram a 1º Reunião do Comitê de Coordenação Conjunta para avaliação do acordo realizado em 2008, com objetivo de avançar na cooperação entre os países.

Em consequência deste acordo, acontecerá a quarta edição do Curso Internacional de Multiplicador de Polícia Comunitária entre os dias 15 e 26 de junho, em São Paulo.

No ano passado, a parceria entre a Senasp e a JICA resultou na capacitação de 366 policiais militares dos 11 estados prioritários atendidos pelo Pronasci. Eles atuarão como multiplicadores da filosofia e das técnicas de polícia comunitária no sistema de bases comunitárias.



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

29/05 à 04/06/2009

O convênio tem duração até 2011 e, a cada ano, permitirá que 50 policiais participem de missões de 15 dias no Japão a fim de conhecer o funcionamento do policiamento comunitário no país. Ainda está previsto o acompanhamento da implementação da doutrina de polícia comunitária nos estados que participarem do projeto.

O Japão acumula experiência de 130 anos em policiamento comunitário. As atividades também são realizadas por meio de postos policiais maiores, denominados chuzaisho. Em 2002, existiam 6,5 mil kobans e 8,1 mil chuzaishos com 8,4 mil policiais (40% da força policial do país atuando principalmente na prevenção).

02 de junho de 2009

STF interpreta norma de auxílio-reclusão

O STF decidiu que a baixa renda do detento, quando segurado antes de ser preso, deve ser o parâmetro usado para a concessão do auxílio reclusão, não devendo ser considerada a baixa renda de seus dependentes para a concessão.

O auxílio reclusão é o benefício a que têm direito os dependentes do segurado da Previdência Social que estiver preso, durante todo o período de sua detenção ou reclusão, - lembrando-se que em caso de fuga o benefício é suspenso.

Atualmente, segundo o disposto no site da Previdência Social, o benefício somente é pago ao segurado preso cujo teto do salário de contribuição seja equivalente a R\$ 752,12 (Setecentos e cinquenta e dois reais e doze centavos). Portanto, até este valor a renda do segurado é considerada baixa.

O relator da matéria, o Ministro Ricardo Lewandowski, em seu voto, argumentou que "a Carta Magna circunscreve a concessão do auxílio reclusão às pessoas que estejam presas, possuam dependentes e sejam de baixa renda" e que se assim não o fosse "o auxílio atingiria qualquer beneficiário preso, com baixa renda ou não, que tivesse filhos menores de 14 anos", e por esse motivo é a renda do segurado preso que deve ser tomada como base de cálculo.

A limitação deste benefício aos dependentes do segurado não existia antes da Emenda Constitucional 20/98. A citada emenda trouxe esta inovação, restringindo a concessão somente aos dependentes que comprovem a considerada baixa renda do segurado preso (art. 13 da EC 20/98).

02/06/2009 - 07h47

Da Agência Brasil

Diretor do Depen diz que sistema prisional é "vergonha para o país"

Marco Antonio Soalheiro



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

29/05 à 04/06/2009

O diretor-geral do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), Airton Michels, admitiu que antes de pensar em ressocializar presos, como prevê a Lei de Execuções Penais, os governos estaduais e federal têm pela frente o desafio de garantir condições mínimas de dignidade em todas as unidades prisionais existentes no país. As recentes denúncias de degradação desses locais em Estados como o Espírito Santo, a Paraíba, o Rio Grande do Sul e a Bahia evidenciam uma realidade persistente há décadas.

"Isso acontece há 20 anos. Vem CPI [Comissão Parlamentar de Inquérito], indignação geral, mas nada muda. O sistema penitenciário não tem a importância da saúde e da educação, mas o problema é que, hoje, ele [sistema prisional] é uma vergonha para o país, para a nossa sociedade, para a nossa cidadania. O sistema nos envergonha de nos classificarmos como uma sociedade civilizada. Antes de ressocialização, primeiro tem que ter cumprimento digno de pena", afirmou Michels em entrevista exclusiva à Agência Brasil.

Segundo o diretor-geral do Depen, a condição de detenção oferecida pelos estados a parte significativa dos presos pode ser definida como "tortura". "Hoje, estamos torturando nossos presos no Brasil. Se tem um presídio onde o cara tem que ficar 18 horas em pé para conseguir um horário para deitar, isso é tortura. Digo isto com contundência porque o Estado brasileiro tem que resolver isso", disse Michels. "Não podemos conviver com polícias e a sociedade equipadas com alta tecnologia, e nós colocando as pessoas condenadas nesses pardieiros", acrescentou.

Em 2008, o Ministério da Justiça investiu mais de R\$ 350 milhões no sistema prisional, por meio do Depen e do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). Entretanto, os investimentos têm sido insuficientes diante do crescimento da população prisional. Em 1997, existiam 148 mil presos no país e hoje há 454 mil. Alguns estados, segundo o diretor do Depen, não fizeram o dever de casa.

"Os Estados simplesmente deixaram acumular seus sistemas prisionais e não tomaram providência. O Rio Grande do Sul não gerou vaga no sistema prisional nos últimos seis anos. Em 2002, o déficit prisional [no RS] era de 2.000 vagas e hoje é de 12 mil. Outros Estados também foram omissos. Houve um descuido generalizado com o sistema prisional na história brasileira", criticou.

Michels avalia que, a médio prazo, o Pronasci trará resultados importantes para o sistema penitenciário ao atacar as causas sociais que elevam a criminalidade, fortalecendo a presença do Estado em bairros e favelas. "O ideal para a sociedade não são os presídios. Eles são um mal necessário. O fundamental é evitar que sejam cometidos crimes", argumentou Michels.

No que se refere à construção de unidades, o governo federal aposta sobretudo em auxiliar os estados na construção de presídios específicos para detentos de 18 a 29 anos, faixa etária na qual se concentra a maior parte da massa carcerária. Os investimentos exigidos, entretanto, são altos. O custo médio da construção de uma cadeia de 400 vagas é hoje de R\$ 16 milhões.

"A intenção é que, já no início, em que se consiga prender esse cidadão, colocá-lo em penitenciárias onde ele tenha espaço para estudo, para trabalho e onde possa cumprir a pena com dignidade", explicou Michels.

A despeito do risco concreto de o país ser denunciado em cortes internacionais pela situação dos presídios, Michels disse que a disposição do governo federal em enfrentar o problema existe "por filosofia e por princípio".

O diretor-geral do Depen ressaltou a importância dos mutirões realizados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para reduzir o número de presos provisórios. O Depen contabiliza 43% de presos provisórios na população carcerária nacional, dos quais 10% poderiam responder às acusações em liberdade.



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

29/05 à 04/06/2009

02/06/2009

MJ

<http://www.mj.gov.br/main.asp?View=%7B7CBDB5BE%2D654D%2D4BA8%2D8A49%2D8FC8AA654ECE%7D&Team=¶ms=itemID=%7BA9693069%2DB648%2D4A85%2D922A%2D122823DD7790%7D%3B&UIPartUID=%7B2218FAF9%2D5230%2D431C%2DA9E3%2DE780D3E67DFE%7D>

Depen apoia Polícia Federal na custódia de presos

Brasília, 02/06/09 (MJ) – O Departamento Penitenciário Nacional (Depen) designou 14 agentes para dar suporte na custódia de aproximadamente 100 presos da Operação Trilha, da Polícia Federal (PF). A operação foi responsável por desbaratar, na última quinta-feira (28), uma quadrilha especializada em clonagem de cartões de crédito que atuava em 12 estados e no DF.

A iniciativa atende a um pedido emergencial da PF, para reforço nas superintendências da corporação em Goiânia e Brasília. De acordo com a Lei 11.907/09, entre as funções dos ocupantes dos cargos de agente penitenciário federal estão: atendimento, vigilância, custódia, guarda, escolta, assistência e orientação de pessoas recolhidas em estabelecimentos penais provisórios.

Para o diretor do Sistema Penitenciário Federal, Wilson Salles Damazio, esse tipo de parceria é de suma importância, porque proporciona aos presos uma assistência especializada e, ainda, libera os profissionais da PF a novas investigações. “Estamos sempre à disposição para dar o suporte necessário em casos como este.”

Operação Trilha

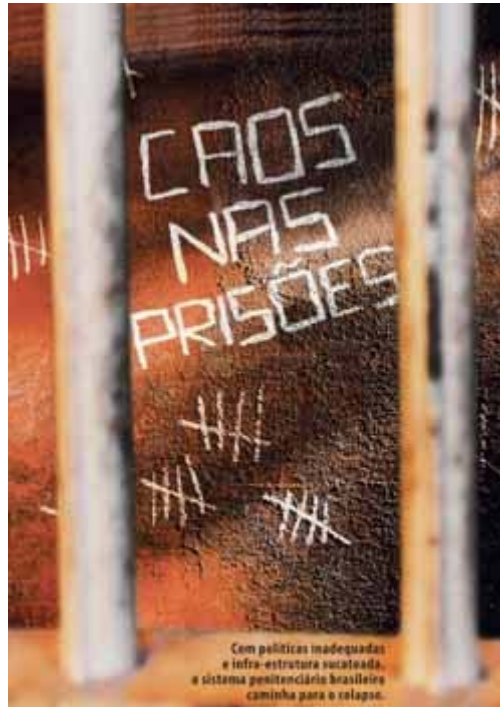
Os falsificadores de cartão de crédito estão sob custódia nas superintendências regionais da PF. Ao todo foram mobilizados 691 policiais para cumprir 120 mandados de prisão preventiva, 19 de temporária e 136 de busca e apreensão. As investigações começaram há cerca de um ano e revelaram que os bandidos utilizavam programas específicos para capturar senhas bancárias.

02 de junho de 2009

Jornal do Advogado

Cadeias fora da lei

Governos estaduais alegam que não têm dinheiro para cumprir a Lei de Execução Penal



O primeiro artigo da Lei de Execução Penal (LEP) diz que a reclusão compulsória, por determinação do Estado, pretende "proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado". Assim deveria ser. Mas não é.

O retrato de nossas prisões é também um retrato do desrespeito à lei. Sistemáticamente ignorada em todo o país, a LEP confere aos presos o direito de cumprir pena em celas individuais, de receber assistência social e psicológica, e determina que as penitenciárias ofereçam cursos profissionalizantes. Nada a ver, portanto, com a realidade violenta e caótica de nossas deterioradas prisões.

Os governos estaduais alegam que não têm dinheiro para fazer o que a lei manda. O governo federal, desde 1994, quando foi criado o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) para financiar a modernização do sistema penitenciário brasileiro, contribuiu para a criação de 54.347 vagas e custeou as obras para mais 24.900 vagas. Mesmo assim, o déficit do sistema é de cerca de 177 mil vagas: segundo dados do Ministério da Justiça, o sistema prisional brasileiro tem capacidade para receber 242 mil pessoas, mas possui hoje mais de 419 mil presos. E, mantendo-se o atual ritmo de prisões e condenações, a população carcerária poderá superar 500 mil em 2008. Só mandados de prisão expedidos pela Justiça à espera de serem cumpridos são cerca de 100 mil atualmente.

São Paulo é o Estado com a maior população carcerária: são 153.274 presos, distribuídos em 74 penitenciárias, 32 Centros de Detenção Provisória (CDPs), 22 centros de ressocialização, 2 institutos penais e 3 presídios de segurança máxima. O déficit de vagas no Estado é de cerca de 40 mil, segundo dados da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP).

A situação é tal que, em janeiro, a Corregedoria dos Presídios da Justiça de São Paulo foi obrigada a implantar um plano para forçar o governo paulista a acabar com a superlotação nos oito CDPs (Centros de Detenção Provisória da capital, que abrigavam um número de presos correspondente a três vezes a capacidade das unidades).

O déficit tende a ser crônico, pois entram mensalmente mais presos do que saem. Há muita gente presa por crimes de pequena gravidade, como furtos insignificantes em supermercado



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

29/05 à 04/06/2009

(bolachas, xampus etc), que poderia, por exemplo, aguardar julgamento em liberdade e cumprir penas alternativas. Seria muito mais barato para os governos.

Sem socorro

Mas a superlotação é só um dos problemas que atingem o sistema carcerário. Instalações precárias, sem higiene, sem banheiros suficientes, sem camas, com água contaminada e ratos e baratas circulando livremente são recorrentes. Junte-se a falta de assistência médica e tem-se um caldo de cultura para a proliferação de doenças como a tuberculose e a leptospirose. As prisões femininas estão entre as que estão em pior situação. Levantamento feito no ano passado pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen), órgão do Ministério da Justiça, e pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres em penitenciárias femininas relata casos de presas com hemorragia e tumor em estado avançado, leptospirose, tuberculose, soropositivas, doentes mentais sem nenhum acompanhamento médico. O pior é que em algumas prisões as doentes convivem com grávidas e lactantes.

Um estudo feito pela Unifesp (Universidade Federal de São Paulo) em parceria com o governo do Estado de São Paulo indica que um quarto dos detentos e quase a metade das mulheres presas manifestaram ao menos uma doença mental no ano anterior à avaliação, realizada de 2006 a 2007. O trabalho não computou os que foram considerados inimputáveis e cumprem medida de segurança em casas de custódia e hospitais.

A pesquisa revela também que a incidência de doenças graves, como esquizofrenia e transtorno bipolar, é três vezes maior do que a da população em geral.

Violência

O risco de morrer numa prisão brasileira é 128 vezes maior do que em uma prisão européia.

Segundo o Depen, entre janeiro de 2006 e agosto de 2007, 558 presos foram assassinados enquanto estavam sob guarda do Estado cumprindo pena.

A maioria dos assassinatos decorre de desavenças entre os detentos: acertos de contas, brigas, confrontos entre facções e rebeliões. Mas há também as mortes que resultam da violência dos agentes penitenciários. E aquelas que são fruto da falta de assistência médica e de socorro.

Esses dados tornam-se ainda mais preocupantes por conta da estreita relação existente entre o que se passa dentro das cadeias e a violência fora delas, cujo exemplo mais ululante foram os ataques do PCC (Primeiro Comando da Capital) em maio de 2006 na capital paulista, em protesto contra o que os líderes criminosos presos chamaram de "opressão carcerária". A violência, portanto, deixou de ficar confinada aos muros das prisões. As facções criminosas mostraram que são organizadas, bem articuladas e que podem planejar e efetuar ataques nas ruas.

Apesar da reação das autoridades aos ataques, como o "sufocamento econômico" da facção criminosa e a prisão de mais de uma centena de seus integrantes, o poder do PCC dentro das prisões ainda não foi desmontado. Para manter o domínio, os líderes mudaram a forma de agir e tornaram-se mais discretos em suas ações. Embora o Estado não reconheça o crime organizado dentro das prisões, prova de que ele existe foi a greve branca realizada em março do ano passado, que conseguiu a adesão de 80% dos presídios.

Celulares

Um dos maiores desafios do Estado é impedir a entrada de celulares nas prisões: a cada mês são apreendidos 900 aparelhos em todo o Estado de São Paulo. A maior parte deles chega pelas mãos das visitas e entra por conta da corrupção. E não há agentes penitenciários suficientes para fazer uma fiscalização eficiente.

O bloqueio de sinal, até agora, não tem sido eficaz. O Ministério da Justiça reconhece e informa que vai usar uma nova tecnologia para tentar impedir o uso de celulares nas prisões. Trata-se de um equipamento móvel com um sistema de extração de identificação de telefone celular, um tipo de rastreador que identifica onde estão os aparelhos e pode desligá-los.



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

29/05 à 04/06/2009

O drama das prisões é tão grande que até uma CPI foi instaurada em agosto do ano passado para realizar um diagnóstico. A chamada CPI do Sistema Carcerário pretende investigar não só as condições físicas das penitenciárias, mas sobretudo a ação das facções criminosas dentro das cadeias. O objetivo é, ao final, propor a uniformização do sistema prisional brasileiro.

ONU

Até a ONU (Organização das Nações Unidas) está de olho no sistema prisional brasileiro. Em novembro, um relator especial veio ao Brasil e sugeriu ao Congresso Nacional um conjunto de medidas para melhorar a atuação da polícia e a situação dos presídios. Nada de novo, mas, se for feito, em muito melhorará o quadro atual: 1) aumentar a fiscalização nos presídios; 2) garantir a segurança dos presos; 3) combater as facções dentro das cadeias. As três medidas passam pelo treinamento dos agentes penitenciários, pela contratação de mais pessoal e pela aquisição de equipamentos de segurança mais modernos, como detectores de metais e raios X na entrada das unidades prisionais.

Além disso, a ONU quer que o Brasil crie um mecanismo para indenizar vítimas de torturas nas prisões. Para a entidade, a impunidade dos autores desses crimes no país é regra, em meio a cadeias "imundas, desumanas e asfixiantes". O diagnóstico está em relatório que toma por base dados coletados por peritos internacionais que visitaram prisões brasileiras em 2005.

Reincidência

Segundo o último Censo Prisional, das 6,7 mil pessoas que mensalmente deixam uma das 144 unidades prisionais paulistas, 3,9 mil voltam a cometer algum tipo de delito, ou seja o índice de reincidência em São Paulo é de 58%. E essa é uma taxa baixa, pois a média nacional supera 70%.

Os altos índices de reincidência são atribuídos, pelos próprios reincidentes, às dificuldades que enfrentam ao serem libertados. Eles queixam-se do preconceito dos empregadores e da falta de treinamento profissional nas prisões.

Está na hora de Executivo, Legislativo e Judiciário se unirem para enfrentar os problemas, pois já se torna tarde demais.

02/05/2009

Agência Brasil

<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/06/02/materia.2009-06-02.3031344823/view>

Gilmar Mendes diz que Judiciário deve assumir responsabilidade por situação de presídios

Marco Antonio Soalheiro - *Repórter da Agência Brasil*



Brasília - O presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, Gilmar Mendes, divulga o relatório Justiça em Números de 2008, durante seminário

Brasília - O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Gilmar Mendes, afirmou hoje (1º) que os magistrados não podem considerar a situação degradante verificada em várias unidades prisionais do país como um problema exclusivo da administração do sistema penitenciário.

Para Mendes, a superlotação de cadeias e a manutenção de presos em condições indignas exigem uma mudança de postura dos juízes das varas de Execução Penal.

"Tratávamos o tema como um problema da administração penitenciária. Mas nós é que somos lenientes quando transformamos uma prisão em flagrante em prisão provisória e quando não visitamos os presídios", disse Mendes ao discursar em evento do CNJ para a divulgação da pesquisa Justiça em Números 2008.

Inspecções promovidas pelo CNJ em alguns estados constataram pessoas presas em unidades há mais de quatro anos, sem denúncia formalizada. O conselho incentiva a implantação de um sistema de execução criminal eletrônica para evitar que fatos como esse se repitam.

"Estamos clamando por mudança nessa área e por isso o CNJ aprovou uma resolução para a revisão necessária das prisões provisórias. Temos de estar atentos à execução criminal", ressaltou Mendes.

O ministro também enfatizou a ressocialização dos apenados. No Supremo Tribunal Federal (STF), que ele preside, 40 presidiários trabalham na estrutura administrativa. "Eu conclamaría todos os tribunais que mirassem nesse exemplo para que nós nos integremos nesta tarefa de conscientizar a sociedade da importância desse processo de reinserção social do apenado".

Edição: Tereza Barbosa

02/06/2009

Agência Brasil

http://www.agenciabrasil.gov.br/search?SearchableText=sistema%20prisional&portal_type=Materia&sort_by=created&review_state=published&sort_on=getDataPublicacao&sort_order=reverse

Presídios em más condições comprometem segurança pública, diz diretor do Depen

Marco Antonio Soalheiro -Repórter da Agência Brasil



Brasília - O diretor-geral do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), Airton Michels, disse que os governos devem garantir condições mínimas de dignidade em todas as unidades prisionais do país

Brasília - Ao defender a necessidade de o governo federal e, sobretudo, de os governos estaduais redobrem esforços para dotar o sistema prisional de condições dignas, o diretor-geral do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), Airton Michels, alertou que a degradação das unidades prisionais compromete os resultados das políticas de segurança pública. Os detentos, sem condição de ressocialização, terminam por reincidir em práticas criminosas.

“Se não resolvermos a questão prisional, não temos solução para a questão da segurança pública. Estamos gerando feras, prendendo pessoas que saíram das cadeias”, disse Michels. “Se as pessoas cumprirem penas em cadeias decentes, onde possam fazer seu trabalho e estudar se quiserem, se o preso não cair na mão de uma facção quando entra na cadeia, temos muita chance de que não haja tanta reincidência no Brasil”, acrescentou.

Segundo o diretor, o conceito de “universidade do crime”, aplicado nos últimos anos aos presídios por estudiosos, se agravou em muitas unidades. Presídios superlotados são literalmente controlados por facções criminosas.

“Se um cidadão for preso, ele vai ter obrigatoriamente que optar entre as facções para ser protegido. Essa facção vai garantir a segurança dele lá dentro, mas quando ele sair de lá, vai ter que pagar essa proteção e juntar dinheiro para essa facção. Para isso, vai cometer crimes”, explicou Michels.

O crime de roubo é o mais recorrente na reincidência, de acordo com Michels. Ele aponta razões sociais oriundas das últimas décadas. Até meados da década de 1970, 80% da população brasileira viviam no campo e isso se inverteu depois, com grande pressão social nas metrópoles.



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

29/05 à 04/06/2009

02/06/2009

Agência Brasil

<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/06/01/materia.2009-06-01.1383214838/view>

Depen estuda alternativas para baratear construção de presídios

Marco Antonio Soalheiro - *Repórter da Agência Brasil*

Brasília - O Departamento Penitenciário Nacional (Depen) está consultando especialistas para tentar viabilizar projetos de construção de penitenciárias mais baratas, sem prejuízo à segurança e ao atendimento de condições dignas para os detentos.

A informação foi dada à **Agência Brasil** pelo diretor-geral do Depen, Airton Michels. Atualmente o custo de criação de uma vaga no sistema penitenciário gira em torno de R\$ 40 mil. Logo, uma cadeia para 100 presos exigiria investimento de R\$ 4 milhões.

“Estamos trazendo especialistas em engenharia prisional, que são muito poucos no Brasil, para tentar produzir cadeia mais barata. Porque aí com R\$ 1,5 bilhão ou R\$ 2 bilhões se começa a resolver o problema, ainda sem déficit zero. Nos preços atuais, seriam necessários R\$ 6 bilhões”, comparou Michels.

O crescimento acelerado da população prisional, ressaltou o diretor, exige dos estados outras providências independentes da construção de mais unidades prisionais. Nos últimos 12 anos, o número de presos no país cresceu quase 300%. “Nós temos que incentivar penas alternativas, porque é um direito do preso, e a sensibilização de juízes e promotores para a questão dos presos provisórios. Não podemos chegar a ter 2 milhões de presos daqui a 20 anos”, ressaltou Michels.

O diretor destacou os resultados alcançados pelos presídios federais construídos em Campo Grande (MS) e Catanduvas (PR) na guarda de presos perigosos. Mais duas unidades serão inauguradas nos próximos dois meses em Porto Velho (RO) e Mossoró (RN). Os detentos são mantidos em condições rígidas de disciplina pela capacidade de influenciarem em rebeliões nos seus estados de origem.

“São líderes de organizações criminosas, de tráfico de drogas, milícias. Eles exigem do Estado muito cuidado. Ficam em celas individuais, têm pouco tempo de pátio e a convivência entre eles é muito restrita. Essas cadeias têm a finalidade fundamental de socorrer os estados. Trazer os presos perigosos, que causam problemas”, explicou Michels.

O Ministério da Justiça investiu recentemente cerca de R\$ 3 milhões em equipamentos para a implementação do sistema de segurança eletrônica em oito penitenciárias nos estados do Acre, de Goiás, do Maranhão, Pará, Piauí, Rio Grande do Sul e de Rondônia. A tecnologia é utilizada para impedir a entrada de objetos indevidos e armas nas unidades.

Até o momento, entretanto, apenas 36 estabelecimentos penais, das 1.214 unidades existentes no país, têm o sistema de segurança instalado. Michels responsabilizou os estados pela pouca capilaridade. “Em vez de comprar equipamento, os estados preferem continuar com o sistema medieval de revistar as mulheres. Para que isso?”, questionou.

Edição: Lana Cristina

02/06/2009



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

29/05 à 04/06/2009

CONSEG

http://www.conseg.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1159:inscricoes-para-feira-de-seguranca-publica-vao-ate-dia-12-de-junho&catid=49:noticias-gerais&Itemid=226

Inscrições para Feira de Segurança Pública vão até dia 12 de junho

O Ministério da Justiça encerra no próximo dia 12 as inscrições para a Feira de Conhecimento em Segurança Pública, que fará parte da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg), marcada para 27 a 30 de agosto, em Brasília. Serão selecionadas, em todo o país, 45 experiências inovadoras na área de segurança pública cidadã, desenvolvidas por entidades do setor público ou da sociedade civil.

A proposta da Feira é montar uma vitrine para projetos promissores em áreas como repressão da criminalidade, prevenção social do crime e sistema penitenciário. As práticas selecionadas ficarão expostas em estandes montados no Centro de Convenções de Brasília, durante a realização da 1ª Conseg.

Os integrantes serão capacitados na área de elaboração de projetos e, durante o evento, poderão assinar cartas de intenção com interessados em replicar as experiências. Os acordos firmados durante a Feira que resultarem em projetos poderão ser financiados pelo Fundo Nacional de Segurança Pública.

Além disso, haverá uma votação, entre os visitantes do evento, da prática mais promissora e criativa. Os responsáveis pela experiência vencedora do júri popular ganharão uma viagem a Bogotá, na Colômbia, para conhecer as ações desenvolvidas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) na área.

Para participar, os projetos devem estar relacionados a um dos sete eixos temáticos da Conferência. Os critérios de avaliação incluem criatividade, inovação, possibilidade de reaplicação, impacto, parcerias e resultados (clique aqui para acessar o edital completo da seleção).

02/ 06/2009

Presidência da Republica

http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/noticias/ultimas_noticias/MySQLNoticia.2009-06-02.4134

Secretário de Justiça do ES fala no CDDPH sobre denúncia de violações dos direitos humanos no sistema prisional

O secretário de Estado de Justiça do Espírito Santo, Ângelo Roncalli, participou nesta terça-feira (2) da 194ª Reunião Ordinária do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), em Brasília (DF). Ele prestou esclarecimentos aos membros do Conselho sobre as denúncias de graves e veementes violações dos direitos humanos no sistema prisional do Estado. Elas foram apresentadas, no final de abril, pelo presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), Sérgio Salomão Shecaira, durante a 193ª reunião do CDDPH.



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

29/05 à 04/06/2009

Ronacalli colocou-se a disposição do CDDPH para prestar todos os esclarecimentos assim que soube da apresentação das denúncias ao plenário órgão em abril passado. O ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR) e presidente do CDDPH, conduziu os trabalhos do órgão. Ele apresentou um resumo do relatório com as muitas anomalias registradas no relatório entregue pelo presidente do CNPCP.

Roncalli fez uma longa explanação sobre as condições atuais do sistema e as providências que estão sendo tomadas para resolver os problemas. "Precisamos desenvolver mecanismos que não permitam o entulhamento de pessoas no sistema prisional", disse. Segundo ele, o governo do Estado investiu mais de R\$ 200 milhões na melhoria das instalações físicas e contratação de pessoal com recursos próprios.

"Na área prisional não se pode fechar a porta da casa para consertar. É preciso fazer o ajuste em pleno funcionamento", disse.

Segundo ele, agora com a entrega oficial do relatório, todos os itens serão respondidos. "Todos eles têm inquérito policial e vamos acompanhar os desdobramentos", prometeu Roncalli.

Os integrantes do CDDPH fizeram uma série de questionamentos e pediram novos esclarecimentos. A partir de agora a Comissão Especial, instituída para acompanhar o caso, irá avaliar os argumentos do secretário de Estado e os documentos, por ele apresentados, para definir um calendário de atividades.

O CDDPH é um órgão colegiado, criado pela Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, com representantes de setores representativos, ligados aos direitos humanos, e com importância fundamental na promoção e defesa dos direitos humanos no País.

O Conselho tem por principal atribuição receber denúncias e investigar, em conjunto com as autoridades competentes locais, violações de direitos humanos de especial gravidade com abrangência nacional, como chacinas, extermínio, assassinatos de pessoas ligadas a defesa dos direitos humanos, massacres, abusos praticados por operações das polícias militares, etc. Para tanto, o Conselho constitui comissões especiais de inquérito e atua por meio de resoluções.

Também, o CDDPH, promove estudos para aperfeiçoar a defesa e a promoção dos direitos humanos e presta informações a organismos internacionais de defesa dos direitos humanos.

02/06/2009

Segurança da cidadania

<http://www.segurancacidade.org.br/>

MJ entrega R\$ 3 milhões em equipamentos para presídios

A segurança dos estabelecimentos penais de sete estados foi reforçada, na última sexta-feira (29), com a entrega de novos equipamentos para prevenir e reprimir ações de violência nas unidades penais. Acre, Goiás, Maranhão, Pará, Piauí, Rio Grande do Sul e Rondônia receberam, juntos, cerca de R\$ 3 milhões em equipamentos para implantação do Sistema de Segurança Eletrônica em oito penitenciárias.

Cada presídio recebeu 1 aparelho de Raio-x, 6 detectores de metal e 8 detectores de metal portáteis, aparelhos que compõem o kit básico de inspeção do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). Além disso, os equipamentos vão evitar a



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

29/05 à 04/06/2009

entrada de materiais proibidos ou ilegais e contribuirá, ainda, no bloqueio da utilização de equipamentos de comunicação (aparelhos celulares) no interior das unidades.

Para o diretor-geral do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), Airton Michels, esses equipamentos podem trazer um pouco mais de controle nas entradas e saídas dos estabelecimentos penais e proporcionar mais segurança para sociedade de um modo geral, facilitando, também o exercício dos servidores que atuam nos estabelecimentos penais. O Sistema de Segurança Eletrônica prevê ainda, dentro das ações do Pronasci, a implantação de 50 kits de inspeção e 20 equipamentos de extração de identidade de telefone celular. O mesmo sistema também será instalado nas cinco penitenciárias federais.

Estados contemplados – Até o momento, 36 estabelecimentos penais, dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Tocantins, Sergipe, Espírito Santo, Distrito Federal, Bahia, Ceará, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Acre, Goiás, Maranhão, Pará, Piauí, Rio Grande do Sul e Rondônia já contam com o Sistema de Segurança instalados nas unidades, um investimento de aproximadamente R\$ 13,77 milhões.

Pronasci – A reestruturação do sistema penitenciário é um dos eixos principais do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). O projeto articula políticas de segurança com ações sociais, prioriza a prevenção e busca atingir as causas que levam à violência, sem considerar as estratégias de ordenamento social e de segurança pública. São 94 ações integrando a União, os estados, municípios e diversos setores da sociedade.

O Programa não tem apenas os profissionais de segurança pública como público-alvo. Jovens de 15 a 24 anos à beira da criminalidade, jovens presos e os que já cumpriram sua pena estão sendo atendidos com projetos do Pronasci. Atualmente são 96 municípios, de 20 estados e o Distrito Federal beneficiados.

02/06/2009

Susepe

Presídio de Bela Vista ganha reforço eletrônico na segurança da unidade

O presídio de Bela Vista de Goiás, unidade da Regional Metropolitana da Superintendência do Sistema de Execução Penal (Susepe), terá, ainda neste mês, monitoramento eletrônico em tempo real, podendo ter imagens internas acessadas, via Internet, de qualquer lugar fora do estabelecimento prisional.

A iniciativa do Conselho da Comunidade de Bela Vista e do Ministério Público (MP), em parceria com a direção do presídio, será um reforço na rotina de segurança daquele ambiente. “Além do reforço nos procedimentos de segurança, teremos condições de maior eficiência nas condutas de correções, além de inibir as situações de risco, como fugas, agressões entre presos e os riscos à integridade física dos servidores”, salienta o diretor do presídio, Lorivaldo Ferreira Morato.

De acordo com Lorivaldo, neste mês, o Conselho da Comunidade da cidade – órgão da Execução Penal – responsável, entre outras, pela fiscalização e acompanhamento da execução da pena na sua localidade – fará a aquisição da linha da Internet que será instalada no computador da unidade. As imagens serão acessadas por senha pelo Conselho da Comunidade, MP e administração prisional.

Há quatro meses, o presídio ganhou de um empresário de Bela Vista nove câmeras e um computador, sob Ajustamento de Conduta do MP, que foram instalados no local. No último dia



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

29/05 à 04/06/2009

28, o MP, o Conselho da Comunidade local e a direção do presídio firmaram parceria para a permanente manutenção do funcionamento dos equipamentos. Para tanto, houve o comprometimento de que serão destinadas ao Conselho a arrecadação proveniente da aplicação de penas alternativas geradas por Termo Circunstancial de Ocorrência (TCO).

01/06/2009

MPF

<http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias-do-site/direitos-do-cidadao/mpf-pb-e-conselho-estadual-de-direitos-humanos-divulgam-relatorio-de-inspecao-em-presidio-da-capital-1>

MPF/PB e Conselho Estadual de Direitos Humanos divulgam relatório de inspeção em presídio da capital

Foram encontradas diversas irregularidades

O Ministério Público Federal na Paraíba (MPF) e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão da Paraíba (CEDDHC-PB) divulgaram o relatório de inspeção, realizada em 20 de maio, no Presídio Modelo Desembargador Flósculo da Nóbrega, conhecido como Presídio do Róger. O relatório identifica diversas irregularidades na estrutura e funcionamento do presídio.

De acordo com o relatório, ficou constatado, logo na entrada, o descumprimento à Lei estadual nº 6.081/2000, que proíbe a revista íntima indiscriminada nos estabelecimentos prisionais da Paraíba. Consta no relatório que a inspeção foi realizada em dia de visita e verificou-se que as mulheres que desejam entrar no presídio são obrigadas a se despirem e se agacharem umas diante das outras e das agentes carcerárias. Inclusive as conselheiras que participaram da inspeção e adentraram a sala da enfermaria, onde era conduzido o procedimento, foram convidadas a se despirem.

O relatório ressalta que a Lei estadual nº 6.081/2000 proíbe a prática indiscriminada da revista íntima, sendo admitida apenas em caso de suspeita fundamentada e mediante autorização por escrito do diretor do presídio.

No tocante aos serviços disponíveis, o documento enfatiza a ausência da equipe de saúde que deveria estar no presídio, a falta de opções de trabalho, lazer, educação e biblioteca.

Também constatou-se que o presídio, construído para 400 presos, mas abrigando mais de mil, funciona em local inadequado, próximo a bairros populosos, e parece nunca ter sofrido reforma alguma desde sua construção, nos anos 50. O documento relata que "os pavilhões e celas apresentam um aspecto pavoroso, parecendo 'ruínas de guerra'. Em um dos pavilhões, o banheiro visitado - compartimentos desprovidos de tudo - as privadas estilo 'turco' estavam todas destruídas ou entupidas com excrementos". Também é relatado que os esgotos estão entupidos ou a céu aberto e que marcas de bala se encontram por todas as partes.

Os conselheiros constataram condições desumanas de superlotação no isolamento (local de castigo) e nas celas. "As condições de salubridade do isolamento são um castigo à parte. Não há ventilação, o que obriga os presos a permanecerem praticamente despídos, para suportar o calor interno. A iluminação natural é praticamente inexistente, a artificial é precária e o acúmulo de gente, misturando sãos e doentes, deve tornar a permanência ali insuportável".



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

29/05 à 04/06/2009

No pavilhão 3, uma cela de apenas 13m x 4m albergava cerca de 95 apenados, dentre eles pessoas doentes. Por todo o presídio encontram-se doentes, sendo que um idoso doente foi encontrado largado no chão de um pátio coberto que os presos denominam de "escola".

Foram identificados também casos de presos com marcas de espancamentos, sendo a direção do presídio acusada de tortura. Foram entregues aos conselheiros inúmeros bilhetes com denúncias de agressões e pedidos de análise de casos. Muitos presos diziam já ter pena cumprida ou direito ao regime semi-aberto.

O relatório ainda aponta os problemas enfrentados pela Defensoria Pública para obter benefícios como soltura e progressões, em decorrência do congestionamento da vara de execuções penais. Constatou-se também a presença de presos provisórios, o que é incabível em um estabelecimento destinado a presos no regime fechado de cumprimento da pena.

Ao final, o relatório conclui que "o Presídio Modelo Desembargador Flósculo da Nóbrega na verdade nada tem de modelo. A não ser modelo negativo, modelo do que não deve ser feito, modelo a ser evitado, modelo de desumanidade e degradação". O relatório propõe a desativação do Róger e implantação de outro presídio, com maior capacidade, afastado do centro urbano. Propõe ainda oferecimento de trabalho e educação para os presos, reforma dos pavilhões, proibição de envio de presos provisórios ao Róger e investigação das alegações de tortura, dentre outras providências.

O relatório já foi entregue ao Conselho Nacional de Justiça e será encaminhado à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, Congresso Nacional, governador do estado da Paraíba e procuradora-geral de Justiça do estado da Paraíba, para que adotem providências quanto ao descumprimento da lei estadual da revista íntima.

01/06/2009

Susepe

http://www.agenciaprisional.gov.br/noticias/noticia_pub.php?publicacao=53933

Presos de Rio Verde constroem mais uma casa popular



Presos das unidades prisionais de Rio Verde (CPP, CIS) construíram, no último sábado (30/05), mais uma casa popular em parceria com a Pastoral da Moradia de Rio Verde, sob a coordenação do diretor da 6ª Regional da Susepe, Cledmilson Rodrigues de Freitas (na foto à direita), que realizou a entrega das chaves ao contemplado com a casa.

Nesta obra, quatro presos trabalharam. A parceria, entre a unidade prisional, 6ª Regional da Superintendência do Sistema de Execução Penal (Susepe) e Pastoral, além do objetivo social, é um incentivo à qualificação profissional e ocupação para o apenado.



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

29/05 à 04/06/2009

A Pastoral já construiu 116 casas, sendo que desse total, os presos das unidades prisionais de Rio Verde já ajudaram na construção de 12 unidades. Pelo trabalho, os presos recebem remição da pena (um dia a menos na pena para cada três dias trabalhados).

01/06/2009

Adital

<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=38994>

Relatório propõe mudanças no regime penal juvenil do país

Faz-se necessária a transformação do regime penal juvenil atual na Argentina. Essa é a conclusão do relatório "Adolescentes no sistema penal: situação e propostas para um processo de transformação", publicado, no mês passado, pela UNICEF. Segundo o documento, ainda está pendente no país a aprovação de uma nova lei penal juvenil que respeite plenamente os direitos e as garantias dos adolescentes em conflito com a lei.

A pesquisa pretende analisar as políticas públicas para crianças e adolescentes no país para, assim, fornecer as bases para que a nova lei penal garanta um tratamento adequado aos infratores menores de idade. Busca-se, dessa maneira, estabelecer medidas que respeitem os direitos humanos desses adolescentes e que consigam reinseri-los na sociedade.

O documento afirma é necessário um processo de transformação do sistema penal atual para garantir o respeito aos direitos humanos de crianças e adolescentes infratores. De acordo com o relatório, tal processo de transformação requer decisões e políticas públicas que operem de maneira simultânea para a conquista de alguns pontos centrais.

Dentre as principais conquistas necessárias para a mudança no sistema penal, destacam-se: o avanço na derrogação do atual Regime Penal da Menoridade; o aprofundamento nas reformas das legislações processuais e da organização da justiça de menores em cada província do país; a reformulação de políticas e programas governamentais em matéria penal juvenil; e a consolidação de um sistema nacional para o registro e sistematização de dados que permita contar com informação coerente e atualizada relativa ao sistema penal juvenil.

O relatório, realizado entre os meses de agosto de dezembro de 2007, constatou que, na época, o país possuía 6.294 crianças e adolescentes infratores e suspeitos de infração. Desse total, 71% estavam incluídos em programas alternativos à privação de liberdade e 29% estavam alojados em estabelecimentos para crianças e adolescentes infratores.

Segundo o documento, "a quantidade de estabelecimentos existentes no país supera em grande medida o número de programas - 119 e 25, respectivamente". O informe acrescenta ainda que boa parte dos estabelecimentos que abrigam esses meninos e meninas possui apenas policiais e serviços penitenciários, contando com pouca ou nenhuma assistência dos organismos jurídicos responsáveis pela implementação das políticas de infância e adolescência.

Além de poucos, os programas alternativos à privação de liberdade, segundo o relatório, raramente "constituem-se em uma verdadeira 'alternativa'" à reclusão. Isso porque, de acordo com o documento, o programa - no sentido de uma alternativa em relação às medidas mais prejudiciais para os adolescentes - é utilizado como um acompanhamento quando o regime de privação já acabou ou quando não foi prevenido.



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

29/05 à 04/06/2009

Outra constatação da pesquisa é que a maioria dos estabelecimentos que abrigam crianças e adolescentes em conflito com a lei não oferece atividades vinculadas à formação trabalhista. Dessa forma, o relatório conclui que, atualmente, de modo geral, uma parte importante dos estabelecimentos na Argentina "conta com uma oferta que em muitos casos não resulta suficiente para garantir o exercício efetivo dos direitos à totalidade de meninos, meninas, adolescentes e jovens".

01/06/2009

Recomeço

<http://oglobo.globo.com/cidades/mat/2009/06/01/diretor-agentes-de-penitenciaria-catarinense-condenado-por-tortura-756136975.asp>

Diretor e agentes de penitenciária catarinense é condenado por tortura

FLORIANÓPOLIS - O diretor Richard Harrison Chagas dos Santos e três agentes prisionais da Penitenciária Industrial de Joinville, a 180 quilômetros de Florianópolis, foram condenados a dois anos e quatro meses de prisão por tortura. Eles teriam espancado três presos em janeiro de 2008 com golpes que deixaram ferimentos no rosto, orelhas e no restante do corpo. O juiz João Marcos Buch, da 2ª Vara Criminal de Joinville, responsável pela condenação também decidiu pela perda do cargo de Richard Harrison. Os réus podem recorrer da sentença em liberdade.

(Leia também: TJ-RS suspende rodízio de presos e diz que eles vivem melhor do que os pobres, que ocupam barracos superlotados)

A violência foi denunciada pelos próprios presos. Rafael Fagundes, Jailson Francisco e Janildo Souza dos Santos estavam trabalhando na penitenciária quando foram retirados por agentes prisionais porque haviam discutido com outros dois presos. Eles foram levados para um local chamado de eclusa - que fica em um vão entre os portões da penitenciária - e sofrido uma série de golpes violentos pelo diretor Richard Harrison e os agentes prisionais Moisés Jailson Cardoso, Odirlei de Col e André Luiz Pinheiro da Silva.

Após as agressões, que teriam durado quase três horas, os presos foram transferidos para o Presídio Regional de Joinville e tratados intensivamente na enfermaria com a finalidade de desaparecer as lesões e não constar em um eventual laudo de corpo delito.

Em princípio o cumprimento da pena seria em regime fechado, mas a decisão da justiça possibilitará que os réus recorram da decisão no Tribunal de Justiça (TJ), em Florianópolis, em liberdade. O chefe de segurança da penitenciária, Ferdinando Gregório Querino da Silva, também estava entre os denunciados, mas foi absolvido por falta de provas.

01/05/2009

MP- Go



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

29/05 à 04/06/2009

<http://www.mp.go.gov.br/portalweb/conteudo.jsp?page=1&base=1&conteudo=noticia/1ff680941ca2b000828ae2ad24f5a3e3.html>

Promotor firma parceria para monitorar, em tempo real, presídio de Bela Vista

O promotor Carlos Vinícius Alves Ribeiro assinou no último dia 28 um termo de parceria com o Conselho da Comunidade na Execução Penal e o diretor do Presídio de Bela Vista de Goiás, Lorivaldo Ferreira Morato, visando implementar uma ação inédita no Estado para, efetivamente, realizar o controle externo da atividade policial no município. De acordo com o promotor, a parceria prevê a instalação de nove câmeras de monitoramento no presídio e de um computador de grande capacidade de armazenamento, para guardar as imagens geradas, que serão acessadas remotamente, tanto pelo promotor, quanto pelo Conselho da Comunidade, em tempo real.

O promotor observa ainda que é dever do Ministério Público ser o defensor dos direitos individuais indisponíveis, inclusive dos presos (vida, dignidade, integridade física, etc), bem como controlar externamente a polícia. Dessa forma, mais rigor pode ser aplicado quanto a esta atribuição institucional. “Como tentativa para sanar essa falta, pesquisei a possibilidade de instalar câmeras no presídio local, com anuência do seu diretor e em locais que não afrontem a dignidade e a individualidade dos presos”, acrescenta.

Conforme apresentado na parceria, o MP-GO comprometeu-se a destinar a arrecadação proveniente da aplicação de penas alternativas em termos circunstanciados de ocorrência (TCOs) ao Conselho da Comunidade, para que este faça a compra dos equipamentos, com o processo sendo fiscalizado pelo Ministério Público. Segundo o promotor, até o dia 28 de junho, no máximo, todo o sistema já estará em operação. (*Cristina Rosa / Assessoria de Comunicação Social*)

01/06/2009

Susepe

http://www.agenciaprisional.go.gov.br/noticias/noticia_pub.php?publicacao=53931

Agente flagra mais uma mulher com droga em presídio

Uma agente de segurança prisional da Cadeia Pública de Caldas Novas flagrou, neste domingo (31/05), por volta de 12 h, a tentativa de entrada de 30 g de maconha para dentro do presídio. A droga foi encontrada com uma mulher, durante a revista realizada nos visitantes. A droga seria entregue para o marido dela, um detento do regime fechado condenado por tráfico de entorpecentes.

O diretor da unidade, Alexandre Fidelis Rosa, informou que, por medida de segurança e disciplinar, o preso deverá ficar temporariamente sem receber visitas. A mulher e a droga foram levadas para a delegacia da cidade, para autuação do flagrante.



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

29/05 à 04/06/2009

30/05/2009

Zero Hora

<http://zerohora.clicrbs.com.br/blog/jsp/default.jsp?source=DYNAMIC,blog.BlogDataServer.getBlog&pg=1&template=3948.dwt§ion=Blogs&tipo=1&coldir=1&uf=1&local=1&blog=218&post=186924&siteId=409>

Apenas uma ilusão

A notícia de que o governo gaúcho pretendia criar cerca de 10 mil vagas nos presídios até o final de 2010 e, assim, zerar o déficit em um ano e meio, foi apenas um sonho de uma tarde de outono. O general Edson Goularte, secretário da Segurança Pública, diz que jamais fez essa previsão nas entrevistas que deu na terça-feira, embora tenha sido essa a interpretação da imprensa e do próprio Palácio Piratini.

Às 19h47min de terça-feira, foi publicada no site do Piratini uma nota com o título “Governo do Estado pretende zerar o déficit de vagas prisionais até o final de 2010”. O texto dizia que “a Força-Tarefa dos Presídios, montada pela governadora Yeda Crusius em agosto de 2008, tem a meta de gerar 9,8 mil vagas prisionais no território gaúcho até o final de 2010, praticamente zerando o atual déficit, que fica próximo a 10 mil. Para tanto, serão investidos R\$ 245 milhões em obras de penitenciárias, dentro do Programa Estruturante Cidadão Seguro. A projeção foi feita pelo secretário da Segurança Pública, Edson de Oliveira Goularte, na tarde desta terça-feira (26)”.

Curiosamente, a nota foi discretamente retirada do site diante da cobrança para que o governo explicasse como pretendia criar uma média de 17 vagas por dia no sistema prisional. Goularte disse, ontem, que se referia aos projetos em andamento, mas que seria irresponsabilidade prometer a conclusão das obras para 2010.

O Palácio Piratini prepara um levantamento detalhado — e com fotos — para mostrar onde estão as 1.727 vagas anunciadas como produto do ajuste fiscal e contestadas por juízes das Varas de Execuções Criminais. Na contabilidade do governo, entram até presídios ou reformas inauguradas no governo anterior, mas que a conta ficou para o atual quitar. Também estão somadas reformas ou obras novas feitas com recursos do Judiciário. A interpretação é de que, mesmo escrito no orçamento, o dinheiro público não é deste ou daquele poder, mas do Estado.

29/05/2009

Agência Brasil

<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/05/29/materia.2009-05-29.2598688914/view>

População carcerária cresce em ritmo maior que o da criação de vagas, dizem especialistas

Alex Rodrigues - Repórter da Agência Brasil

Brasília - Autoridades estaduais responsáveis pelo sistema prisional e defensores dos direitos humanos ouvidos pela **Agência Brasil** concordam que o uso de contêineres como espaço de detenção de presos, é um sintoma de um problema maior: o aumento da criminalidade (ou da punição aos criminosos) e, conseqüentemente, da população carcerária, resultando na falta de vagas.



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

29/05 à 04/06/2009

Números apresentados pelo diretor do Departamento de Administração Prisional de Santa Catarina, Hudson Queiroz, demonstram que, mesmo com todo o dinheiro investido na criação de novas unidades prisionais durante os últimos seis anos, o estado não conseguiu sequer diminuir, quanto mais acabar com a falta de vagas.

De memória, o diretor catarinense citou sete unidades inauguradas desde 2003, ano em que o governo estadual passou a empregar contêineres como espaço de detenção de presos provisórios. Em 2003, segundo Queiroz, havia 5,6 mil detentos distribuídos por quatro mil vagas existentes em unidades prisionais de todo o estado. Hoje, segundo ele, o número de vagas é quase o dobro, atingindo 7,5 mil vagas. No entanto, o número de detentos também cresceu, chegando a cerca de 12 mil pessoas, o que fez com que o déficit saltasse de 1,6 mil para 4,5 mil vagas.

Mais um estado a empregar os contêineres como celas para presos, o Espírito Santo tem que criar mil novas vagas em presídios a cada três meses e meio. Segundo o secretário estadual de Justiça, Ângelo Roncalli, desde 2003, o governo capixaba já investiu R\$ 216,7 milhões no sistema prisional. Onze prisões foram inauguradas e mais cinco estão sendo construídas. No mesmo período, a população carcerária mais que triplicou, saltando de 3,5 mil para cerca de 11 mil detentos.

No Pará, a população carcerária é de cerca de 11 mil detentos, dos quais 71% são presos provisórios, revela o superintendente do Sistema Penitenciário do Pará, Justiniano Alves. "Somos o estado que mais tem presos provisórios no país. A explicação para isso está no fluxo do processo judicial. Embora haja empenho do Ministério Público e do Poder Judiciário, as dificuldades existem e este número ainda é excessivamente grande", disse. O déficit de vagas no estado é de aproximadamente 4,5 mil, quase o mesmo número de pessoas presas apenas no primeiro trimestre.

Para o sociólogo Fernando Falla, membro do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (Ibccrim), o crescimento "vertiginoso" da população carcerária nos últimos vinte anos é resultado da soma do endurecimento das penas, da morosidade do sistema judiciário e da dificuldade dos juízes em aplicar penas alternativas para quem tenha cometido crimes brandos.

Falla sustenta que, simultaneamente ao aumento do número de presos, as condições de encarceramento pioraram. "No início dos anos de 1990, havia em torno de 100 mil presos em no país. Hoje, há mais de 450 mil. A atual situação é dramática", afirmou.

Para a presidente da Comissão de Saúde da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no Pará e membro do Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária, Maria Cristina Carvalho, embora a questão do aumento do número de presos seja muito mais ampla, algumas medidas imediatas precisariam ser adotadas para minimizar o problema e seus reflexos nas unidades prisionais. Ela defende que todo o sistema judiciário deve se envolver na busca de soluções para a superlotação.

"A resposta não virá de um único setor envolvido com a Justiça. Sabemos que não há juízes suficientes para apreciar os processos e dar celeridade aos julgamentos. É preciso aparelhar o Estado para que ele possa dar conta desses processos. Só assim os presos provisórios deixarão de ficar meses, até anos, em delegacias, aguardando pela sentença".

Edição: Aécio Amado

29/06/2009

Susepe



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

29/05 à 04/06/2009

http://www.agenciaprisional.gov.br/noticias/noticia_pub.php?publicacao=53923

Agentes prisionais de Morrinhos flagram visitante com drogas dentro da cadeia

Nesta sexta-feira (29/05), às 09h, durante o horário de visitas, agentes de segurança prisional da Cadeia Pública de Morrinhos flagraram uma mulher tentando levar maconha, aproximadamente 90 g, na para dentro do presídio. A droga, que estava escondida nas partes íntimas da mulher, ia ser levada para seu irmão, preso do regime fechado.

De acordo com o diretor da unidade, Juliano Galdino Ferreira, a mulher estava sendo monitorada pela administração há 20 dias. "Recebemos denúncias de que ela tentaria levar drogas para dentro do presídio. Estávamos alerta desde então", explica o diretor.

A mulher e a droga foram encaminhadas à delegacia da cidade. O preso, que receberia a droga, será ouvido posteriormente, na delegacia.

29/05/2009

http://www.uai.com.br/UAI/html/sessao_7/2009/05/29/em_noticia_interna,id_sessao=7&id_noticia=112488/em_noticia_interna.shtml

População carcerária cresce em ritmo maior que o da criação de vagas, dizem especialistas

Autoridades estaduais responsáveis pelo sistema prisional e defensores dos direitos humanos ouvidos pela Agência Brasil concordam que o uso de contêineres como espaço de detenção de presos, é um sintoma de um problema maior: o aumento da criminalidade (ou da punição aos criminosos) e, conseqüentemente, da população carcerária, resultando na falta de vagas.

Números apresentados pelo diretor do Departamento de Administração Prisional de Santa Catarina, Hudson Queiroz, demonstram que, mesmo com todo o dinheiro investido na criação de novas unidades prisionais durante os últimos seis anos, o estado não conseguiu sequer diminuir, quanto mais acabar com a falta de vagas em suas unidades prisionais.

De memória, o diretor catarinense citou sete unidades inauguradas desde 2003, ano em que o governo estadual passou a empregar contêineres como espaço de detenção de presos provisórios. Em 2003, segundo Queiroz, havia 5.6 mil detentos distribuídos por 4 mil vagas existentes em unidades prisionais de todo o estado. Hoje, segundo ele, o número de vagas é quase o dobro, atingindo 7.5 mil vagas. No entanto, o número de detentos também cresceu, chegando a cerca de 12 mil pessoas, o que fez com que o déficit saltasse de 1.6 mil para 4.5 mil vagas.

Mais um estado a empregar os contêineres como celas para presos, o Espírito Santo tem que criar mil novas vagas em presídios a cada três meses e meio. Segundo o secretário estadual de Justiça, Ângelo Roncalli, desde 2003, o governo capixaba já investiu R\$ 216,7 milhões no sistema prisional. Onze prisões foram inauguradas e mais cinco estão sendo construídas. No mesmo período, a população carcerária mais que triplicou, saltando de 3.5 mil para cerca de 11 mil detentos.

No Pará, a população carcerária é de cerca de 11 mil detentos, dos quais 71% são presos provisórios, revela o superintendente do Sistema Penitenciário do Pará, Justiniano Alves.



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

29/05 à 04/06/2009

“Somos o estado que mais tem presos provisórios no país. A explicação para isso está no fluxo do processo judicial. Embora haja empenho do Ministério Público e do Poder Judiciário, as dificuldades existem e este número ainda é excessivamente grande”, disse. O déficit de vagas no estado é de aproximadamente 4.5 mil, quase o mesmo número de pessoas presas apenas no primeiro trimestre.

Para o sociólogo Fernando Falla, membro do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (Ibccrim), o crescimento “vertiginoso” da população carcerária nos últimos vinte anos é resultado da soma do endurecimento das penas, da morosidade do sistema judiciário e da dificuldade dos juízes em aplicar penas alternativas para quem tenha cometido crimes brandos.

Falla sustenta que, simultaneamente ao aumento do número de presos, as condições de encarceramento pioraram. “No início dos anos 1990, havia em torno de 100 mil presos em no país. Hoje, há mais de 450 mil. A atual situação é dramática”, afirmou.

Para a presidente da Comissão de Saúde da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no Pará e membro do Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária, Maria Cristina Carvalho, embora a questão do aumento do número de presos seja muito mais ampla, algumas medidas imediatas precisariam ser adotadas para minimizar o problema e seus reflexos nas unidades prisionais. Ela defende que todo o sistema Judiciário deve se envolver na busca de soluções para a superlotação.

“A resposta não virá de um único setor envolvido com a Justiça. Sabemos que não há juízes suficientes para apreciar os processos e dar celeridade aos julgamentos. É preciso aparelhar o Estado para que ele possa dar conta desses processos. Só assim os presos provisórios deixarão de ficar meses, até anos, em delegacias, aguardando pela sentença”.

29/05/2009

Agência Brasil

<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/05/29/materia.2009-05-29.9221089866/view>

Comissão de Direitos Humanos do Senado analisará situação de presídios no país

Marcos Chagas - *Repórter da Agência Brasil*

Brasília - Baseada nas denúncias de irregularidades nos presídios do Espírito Santo, a Comissão de Direitos Humanos do Senado decidiu criar um grupo de parlamentares que visitará penitenciárias de outros estados para verificar problemas de superlotação e maus-tratos. A proposta partiu do senador Magno Malta (PR-ES) e foi acatada pelo presidente da comissão, Cristovam Buarque (PDT-DF).

O senador pedetista não descarta a possibilidade de conversar com autoridades do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para propor visitas conjuntas. Em julho, o conselho fará um mutirão na Bahia para revisão de processos de presos condenados a fim de solucionar problemas de superlotação de presídios.

Cristovam Buarque, que integra esse grupo de trabalho, pretende visitar “cinco ou seis capitais” já em junho. O cronograma das viagens e os locais ainda precisam ser definidos.

Ao mesmo tempo, o presidente da Comissão de Direitos Humanos disse que o presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), Sérgio Salomão Shecaira, e o



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

29/05 à 04/06/2009

secretário de Justiça do Espírito Santo, Ângelo Roncalli, serão convidados para uma audiência pública a fim de explicar ao colegiado suas divergências sobre a situação prisional do estado.

“Vamos colocar um em frente ao outro uma vez que eles têm divergências sobre essa questão”, disse Cristovam Buarque à **Agência Brasil**. “Isso mostra que a comissão não está parada sobre o problema nos presídios do Espírito Santo”, acrescentou o parlamentar. A audiência pública, no entanto, ainda não foi agendada.

Edição: Talita Cavalcante

29/05/2009

Zero Hora

<http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1&newsID=a2527888.xml&channel=13&tipo=1§ion=Geral>

MP entra com ação para suspender rodízio de presos

Estado tem 30 dias para abrir licitação de obras, que incluem ampliação das celas

Susepe e Judiciário garantem que já estão prontos para a implantação do rodízio de presos, a partir de segunda-feira. No que depender do Ministério Público, entretanto, a medida será suspensa. Promotores ingressaram nesta sexta-feira com uma ação no Tribunal de Justiça, pedindo a suspensão do rodízio.

O sistema de noites alternadas determina que presos escolhidos pela Susepe, com o aval do Judiciário, com bom comportamento, terão direito a dormir uma noite em casa e outra em albergue ou colônia penal. Segundo o promotor Fabiano Dalazen, coordenador do Centro de Apoio Criminal, a medida é inconstitucional.

— Eles criaram um quarto regime. a nossa lei prevê três regimes: um regime fechado, um regime aberto e um semiaberto. Eles criaram um misto de regime aberto com prisão domiciliar.

Os juízes da Vara de Execuções Criminais da Capital decidiram adotar o rodízio como forma de desafogar os regimes aberto e semiaberto, na Região Metropolitana de Porto Alegre. Duzentos presos seriam beneficiados, abrindo cem vagas.

Nesta quinta-feira, o MP já havia anunciado que entraria com a ação. Numa análise inicial, os promotores de Justiça entenderam que o provimento baixado pela Vara de Execuções Criminais "contraria a Constituição Federal, a Lei de Execução Penal e fere sentença criminal transitada em julgada". O subprocurador-geral de Justiça para Assuntos Institucionais, Luiz Carlos Ziolkowski observa que "só a União tem legitimidade para legislar sobre execução criminal".

Nesta sexta-feira ainda, a Ordem dos Advogados do Brasil se manifestou sobre a questão. Para o presidente da seccional gaúcha da OAB, Cláudio Lamacchia, são necessárias alternativas, mas como medidas emergenciais, e não como solução:

— Essa não é uma ideia absolutamente nova no RS, é uma ideia emergencial. A verdade é que neste momento nós temos sim que enfrentar este tema com muita objetividade e buscando alternativas à situação que estamos vivendo neste momento.

A OAB vai debater o assunto em uma audiência pública na segunda-feira. A discussão sobre a superlotação dos presídios voltou à tona após decisão da justiça que negou a prisão de uma quadrilha de furto de caminhões, alegando, entre outros motivos, a superlotação dos presídios.



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

29/05 à 04/06/2009

O Ministério Público pediu reconsideração desta medida, mas ainda não há nova manifestação do Judiciário

28/05/2009

Direitos Humanos

http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=5188&Itemid=1

Procurador da República diz que condição de presídio na Paraíba “não poderia ser pior”

Brasília - O procurador da República Duciran Farena, presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão da Paraíba (CEDDHC), afirmou hoje (28) à Agência Brasil que todas as unidades penitenciárias do estado estão em situação crítica, sendo a mais grave a encontrada na Penitenciária Modelo Desembargador Flósculo da Nóbrega, em João Pessoa.

Marco Antonio Soalheiro - Repórter da Agência Brasil

A unidade, conhecida como presídio do Róger, foi visitada pelo CEDDHC na quarta-feira da semana passada (20) e motivou o pedido de um mutirão ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na Vara de Execuções Penais da capital. Muitos presos no local já deveriam estar em liberdade e estão detidos em condições degradantes.

“O presídio [do Róger] foi construído na década de 1950 com 400 vagas e hoje estão lá 1.100 presos. Observamos condições verdadeiramente dramáticas de higiene. Os banheiros são compartimentos sem porta, os assentos sanitários estão quebrados e o chão é alagado com refluxo de esgoto. Em resumo, a condição não poderia ser pior”, descreveu Duciran Farena. “Os pedidos de progressão e soltura simplesmente não avançam”, acrescentou.

Segundo o procurador, as denúncias recentes de degradação do sistema prisional em vários estados da federação demonstram a necessidade de uma mudança de postura das autoridades competentes.

“Todo mundo sabe o problema, mas isso não vem sendo tratado como prioridade. A responsabilidade é do Estado de evitar que pessoas fiquem detidas além do necessário e de criar unidades prisionais com condições dignas. Não tem que se pensar em terceirização”, defendeu Farena.

O CEDDHC solicitou hoje à juíza auxiliar da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Salise Monteiro Sanchotene, um mutirão na Vara de Execuções Criminais de João Pessoa, a exemplo do que será feito pelo CNJ em outros estados, como Espírito Santo, a partir de hoje, e Bahia, em julho.

Os representantes do conselho relataram preocupação especial com o presídio do Róger, onde a superlotação do presídio seria agravada pela morosidade das repostas judiciais de pedidos de benefícios e soltura de presos. Alguns pedidos apurados pelo CEDDHC tinham atraso superior a seis meses para apreciação. Foi apontada ainda pela entidade a presença de presos provisórios em estabelecimento destinado a presos de regime fechado.

A conveniência do mutirão solicitado será avaliada pelo plenário do CNJ, após o encaminhamento da questão pela juíza auxiliar.

Edição: Antonio Arrais.



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

29/05 à 04/06/2009

28/05/2009

Direitos Humanos

http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=5187&Itemid=1

Detentas grávidas e com filhos pequenos devem ter garantidos direitos a pré-natal e creches

Brasília - Um projeto de lei para humanizar o tratamento a detentas grávidas e com filhos pequenos foi sancionada hoje (28) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O projeto altera a Lei de Execuções Penais e assegura acompanhamento médico à detenta, principalmente no pré-natal e no pós-parto, e também ao recém-nascido.

Yara Aquino - Repórter da Agência Brasil

Prevê ainda que os estabelecimentos penais destinados a mulheres tenham creches para crianças maiores de 6 meses e menores de 7 anos e berçários onde as presas possam cuidar dos filhos e amamentá-los, no mínimo, até os seis meses de idade.

A deputada Alice Portugal (PCdoB-BA), disse ter conversado com o presidente Lula sobre a real possibilidade de aplicação da lei, que requer investimentos e adequação de infraestrutura nas unidades prisionais, e afirmou ter tido a garantia de que o governo dará encaminhamento para o cumprimento da lei. "Estaremos vigilantes para que o projeto seja cumprido", afirmou.

O projeto é de autoria da deputada Fátima Pelaes (PMDB-AP) que nasceu em um presídio e conviveu com essa realidade até os 2 anos. "Falo sempre que toda mulher tem o direito de ser mãe e o filho à convivência, o afeto. Isso faz a diferença na vida dos dois", disse Fátima.

A sanção do projeto ocorreu durante cerimônia fechada no Centro Cultural Banco do Brasil, sede provisória da presidência da República, com a presença de parlamentares da bancada feminina do Congresso Nacional e das ministras Dilma Rousseff, da Casa Civil, e Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres.

Edição: Lílian Beraldo

28/05/2009

CONSEG

http://www.conseg.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1139:presidio-feminino-do-ms-organiza-conferencia-livre-&catid=49:noticias-gerais&Itemid=226

Presídio feminino organiza conferência livre no MS

A conferência livre da 1ª Conseg (Conferência Nacional de Segurança Pública) no presídio feminino de campo Grande (MS) contará com a presença da coordenadora geral da 1ª Conseg, Regina Miki. O evento, inédito no País, será realizado nesta sexta-feira (29), a partir das 8h, e



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

29/05 à 04/06/2009

tem como objetivo dar oportunidade ao público custodiado no Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul de se manifestar sobre a segurança pública nacional e as causas da criminalidade.

A Conferência Livre do Estabelecimento Penal Feminino "Irmã Irma Zorzi" (EPFFIZ) será realizada pela Agepen (Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário), em parceria com as Coordenadorias Estadual e Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres. O presídio feminino da Capital foi escolhido por se tratar dessa parceria com as coordenadorias da mulher e ser a unidade penal feminina mais populosa do Estado.

Na opinião do diretor presidente da Agepen, Deusdete Oliveira, a presença da coordenadora nacional - que é mestre em Políticas de Segurança Pública pela PUC/RS, e conselheira do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, entre outras capacitações e experiências - irá dar ainda mais força e credibilidade ao evento, que visa inserir a população carcerária nesse processo de discussões promovido pelo Ministério da Justiça em todo o Brasil.

Segundo a supervisora da Divisão de Promoção Social da Agepen, Jane Maria Mota Stradioti, uma das organizadoras da Conferência Livre, a Conferência Livre no EPFIIZ contará com a participação de 30 internas do EPFIIZ, representantes de diferentes grupos étnicos e culturais que estão no estabelecimento penal. "Como não será possível a participação de todas as custodiadas, levaremos para o debate internas de diferentes grupos, como negras, lésbicas, estrangeiras, índias etc", informa. "Queremos que seja um espaço bem democrático", ressalta.

O debate será baseado nos eixos cinco e seis preestabelecidos pelo Texto-Base da Conseg, que tratam, respectivamente, da "Prevenção Social do Crime e das Violências na Construção da Cultura de Paz e "Diretrizes para o Sistema Penitenciário". Com relação a esse último tema, o enfoque será sobre a elaboração de políticas que atendam as especificidades da população prisional feminina.

A supervisora ressalta que as propostas elaboradas no encontro, assim como em todas as Conferências Livres, serão encaminhadas à Comissão Nacional de Sistematização para serem inseridas no caderno de propostas que será apresentado na Conferência Nacional, que acontecerá entre 27 e 30 de agosto, em Brasília (DF).

Além da coordenadora nacional, a Conferência Livre no presídio feminino também contará com a presença da mobilizadora da Conseg para os estados de MS e MT, Maria Thereza Teixeira, do diretor-presidente da Agepen, Deusdete Oliveira, da coordenadora estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, Carla Stephanini, do Cel Luiz Carlos Garcia Gomes, Coordenador estadual da Conseg e demais integrantes da Comissão Organizadora Estadual (COE) e da coordenadora Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, Tai Loschi .

A 1ª Conseg é dirigida pelo Ministério da Justiça (MJ) e envolve a participação de diversos segmentos da sociedade. A Conferência compreende a um conjunto de discussões no País, com o objetivo de consolidar uma política nacional para o setor. Esta será a primeira vez que a sociedade brasileira participará do processo de discussões de um novo modelo de segurança pública para o País.

Fonte: Sejusp/MS

28/05/2009

Correio da Cidadania

<http://www.correiodacidade.com.br/content/view/3338/128/>

O juiz Livingsthon Machado



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

29/05 à 04/06/2009

Quando assumiu a Vara das Execuções Criminais de Contagem, em 2005, o juiz Livingsthon Machado deparou-se com uma situação de verdadeiro descalabro: cadeias sem condições mínimas de higiene e superlotadas com presos tanto já condenados como ainda sendo processados. Tudo ilegal.

No afã de solucionar esse problema, cometeu um gravíssimo erro: resolveu aplicar a lei. Oficiou pra todo lado; promoveu reuniões; motivou pessoas; conseguiu até articular União, estado e município em torno de um projeto de construção de novos presídios e cadeias na cidade. Quando tudo parecia pronto, o governador Aécio Neves roeu a corda e voltou-se à estaca zero.

Foi então que o Ministério Público requereu a transferência de 16 presos ilegalmente encarcerados em um Distrito Policial da cidade. Livingsthon determinou um prazo para que a secretaria encarregada fizesse a transferência. O prazo esgotou-se sem qualquer providência. Para cumprir a Constituição brasileira, Livingsthon determinou a soltura dos presos.

O fato foi noticiado na imprensa, provocando a ira do governador Aécio Neves, que mandou a Procuradoria do Estado requerer a revogação da ordem. Incontinenti, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais acatou o pedido. Mas, quando a ordem revogatória chegou, os presos já estavam livres



Carceragem de Contagem, em fevereiro de 2008

Duas semanas depois, Livingsthon determinou a soltura de outros 39 presos que aguardavam há quatro anos transferência da cadeia de Contagem para uma das penitenciárias do estado. Nessa cadeia, com capacidade para 16 presos, 148 detentos se amontoavam. Conforme vistoria da Vigilância Sanitária, havia tuberculosos, aids, pessoas com hepatite e com doenças venéreas.

Diante dessa segunda decisão, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais resolveu agir com rigor. Para resolver o problema dos presos? Não, pasmem! Para punir o juiz! Ele foi afastado da Vara de Execuções, sem sequer ser ouvido.

Livingsthon recorreu dessa punição. Primeiro para o próprio Tribunal; depois para o STJ; em seguida para o CNJ; e finalmente para o Supremo Tribunal Federal, onde o processo se encontra na mesa do ministro Menezes Direito – o mesmo que enviou uma carta à TAM pedindo "up-grade" para primeira classe a um filho que viajava ao exterior. Desde o primeiro recurso até hoje decorreram 4 anos.

No começo de 2009, o Tribunal resolveu pôr panos quentes no caso e removeu o juiz para uma Vara Cível. Livingsthon recusou, pois isto poderia parecer admissão de culpa. Diante disso, o Tribunal resolveu aposentá-lo compulsoriamente. Livingsthon, porém, não aceitou a solução conciliatória - desistiu da carreira, abrindo com esse gesto mão dos proventos que poderia auferir sem trabalhar. Demitiu-se, porque via "a Constituição ser rasgada".



CLIPPING

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL - CNBB

Assessoria de Comunicação PCrN

29/05 à 04/06/2009

O caso é emblemático. Mostra, não apenas o descalabro da Justiça brasileira, mas a terrível crise moral que se abate sobre as mais altas autoridades da República. Como é possível que não tenha surgido, nos quatro anos em que o caso perambulou pelas instâncias do Judiciário, alguém que se levantasse contra a injustiça cometida contra o juiz, o descaso da lei, e a violência contra os direitos constitucionais dos presos?

A maior prova dessa insensibilidade moral está estampada ao lado deste editorial. Observem a fotografia cedida pela Folha de São Paulo e constante do blog do jornalista Fred Vasconcelos, que assina excelente reportagem sobre o episódio: os presos ali amontoados estão no mesmo xadrez do Distrito Policial de Contagem! Detalhe: a foto é de 2008, três anos após aquele incidente!

Um regime que chegou a esse ponto de degenerescência não tem mais como ser reformado. Precisa ser substituído. Somente gestos como o do juiz Livingsthon poderão fazer essa revolução no Brasil.